



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO



Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos
Direitos da Mulher

Núcleo Especializado
de Situação Carcerária



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO



Direito e Deveres Das/os Presas/os Estrangeiras/os

**Direito e Deveres Das/os
Presas/os Estrangeiras/os**

**Derechos y Deberes de Las/os
Reclusas/os Etranjeras/os**

**Rights and Duties of
Foreign Prisoners**



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sumário

| | |
|--|----|
| Direito à assistência consular..... | 5 |
| Prisão..... | 6 |
| Processo de Conhecimento..... | 6 |
| Execução da Pena..... | 8 |
| Direitos no Decorrer da Execução da Pena de São Paulo..... | 10 |
| Saída temporária (“saidinha”)..... | 11 |
| Livramento condicional (LC) | 12 |
| Remição | 15 |
| Processo de Expulsão | 16 |
| Transferência de Pessoas Condenadas..... | 18 |
| Visitas..... | 20 |
| Correspondência..... | 21 |
| Saúde..... | 22 |
| Filhos..... | 22 |
| Procedimento > LEI 11.343/2006 (LEI DE DROGAS) | 24 |
| Endereços e Telefones Úteis..... | 28 |
| Locais de atendimento da Defensoria Pública..... | 29 |

Resumen

| | |
|---|----|
| Derechos y Deberes de los Reclusas/os Estrasneras/os..... | 34 |
| Prisión..... | 36 |
| Proceso de Conocimiento..... | 37 |
| Ejecución de la Cuita..... | 38 |
| Derechos en el Decorrer de la Ejecución de la Cuita de São Paulo..... | 40 |
| Salida temporaria (“saidinha”)..... | 41 |
| Liberación condicional (LC)..... | 42 |
| Liberación..... | 45 |
| Proceso de Expulsión..... | 47 |
| Transferencia de Personas Condenadas..... | 49 |
| Visitas..... | 50 |
| Correspondencia..... | 53 |
| Salud..... | 52 |
| Hijos..... | 53 |
| Servicio Jurídico..... | 54 |
| Procedimiento > LEY 11.343/2006 (LEY DE DROGAS)..... | 55 |
| Direcciones y Teléfonos Útiles..... | 59 |
| Locales de servicio de la Defensoría Pública..... | 60 |

Rights and Duties of Foreign Prisoners

Summary

| | |
|---|----|
| Rights and Duties of Foreign Prisoners..... | 66 |
| Prision..... | 68 |
| Cognizance Procedure..... | 69 |
| Execution of the Sentence..... | 70 |
| Rights Throughout the Execution of the Sentence of São Paulo..... | 72 |
| Temporary leave (“saidinha” in Portuguese)..... | 73 |
| Duties..... | 75 |
| Earned Time..... | 78 |
| Expulsion Process..... | 79 |
| Transfer of Convicted Persons..... | 81 |
| Visits..... | 82 |
| Correspondence..... | 84 |
| Health..... | 84 |
| Children..... | 85 |
| Legal Service..... | 86 |
| Procedure > Law 11.343/2006 (DRUG LAW)..... | 87 |
| Useful Numbers and Addresses | 91 |
| Support locations of the Office of the Public Defender..... | 92 |

Direito e Deveres Das/os Presas/os Estrangeiras/os

Nesta cartilha, você, estrangeira ou estrangeiro que está presa/o no Brasil, irá conhecer mais sobre seus direitos e deveres. Aqui você também vai saber como as Defensorias Públicas do Estado e da União trabalham na defesa dos seus direitos.

No Brasil todas as pessoas presas, estrangeiras ou não, possuem os mesmos direitos, devendo ser tratadas de forma digna e ter seus direitos respeitados por todos.

Se você é mulher, importante saber que o sistema carcerário foi pensado por homens e para os homens, e é recente a legislação que propõe a construção de estabelecimentos prisionais que possam atender suas necessidades específicas. No entanto, as mulheres presas têm iguais direitos a tratamento de qualidade, e devem ser respeitadas em suas peculiaridades.

Quanto à nacionalidade, a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) de São Paulo, possui política destinada à concentração dos presos estrangeiros em dois estabelecimentos: as mulheres estrangeiras ficam, em regra, na Penitenciária Feminina da Capital (PFC) e os homens estrangeiros, em regra, na Penitenciária PM Cabo Marcelo Pires da Silva (situada em Itai).

A garantia constitucional de acesso à justiça e as Defensorias Públicas

A Constituição da República determina que o Estado garanta, para todas as pessoas que não podem pagar, o acesso à justiça por meio da Defensoria Pública. É papel dos Defensores Públicos dar orientação jurídica e defender os necessitados em todas as fases judiciais, nas diferentes áreas do Direito (civil, criminal, etc).

Toda pessoa acusada de praticar crime, esteja presa ou solta, que não tenha dinheiro para pagar advogado particular de sua escolha, tem o direito de ser defendida pela Defensoria Pública (enquanto não houver Defensoria Pública em todas as cidades do Estado, o

Direito e Deveres Das/os Presas/os Estrangeiras/os

juiz deverá nomear advogado dativo para fazer a defesa durante todo o processo de conhecimento).

No Brasil, a Defensoria Pública é dividida entre Defensoria Pública dos Estados e da União. A Defensoria Pública da União trabalha na Justiça Federal e órgãos federais, como o Ministério da Justiça e a Polícia Federal, e Presídios Federais (atualmente não existe nenhum presídio federal no Estado de São Paulo). A Justiça Federal julga crimes como o tráfico internacional de drogas e a falsificação de documentos federais. O Ministério da Justiça, especificamente o Departamento de Estrangeiros, julga o processo de expulsão. Não sendo esses casos, quem vai cuidar do seu processo é a Defensoria Pública Estadual.

| SITUAÇÃO | DEFENSORIA RESPONSÁVEL |
|---|------------------------|
| Estou sendo acusada/o e processada/o na Justiça Federal. (Exemplos: Justiça Federal de Guarulhos, Justiça Federal da Capital) | DPU |
| Há processo de expulsão contra mim. | DPU |
| Estou sendo acusada/o e processada/o na Justiça Estadual (Exemplo: Fórum da Barra Funda) | DPE |
| Já fui condenada/o e já tenho processo de execução. Quero pedir progressão, livramento condicional etc. | DPE |

Esta cartilha traz informações para que você conheça melhor seus direitos e possa exigir que sejam respeitados (mesmo enquanto estiver presa/o)

DIREITO À ASSISTÊNCIA CONSULAR

A assistência consular é o direito assegurado a pessoa estrangeira de receber auxílio moral e material de seu respectivo Consulado sempre que se encontre privada de sua liberdade de locomoção.

Essa assistência consagra o direito de correspondência e de receber visita pelo Consulado na prisão, seja ela preventiva ou para cumprimento de pena. Além disso, a/o estrangeira/o tem o direito de solicitar às autoridades

Direito e Deveres Das/os Presas/os Estrangeiras/os

des brasileiras que, por ocasião de sua prisão, ou durante o processo, seja comunicada a repartição consular mais próxima.

As informações sobre os endereços dos Consulados estrangeiros no Brasil podem, em geral, ser obtidos com a Defensoria Pública ou com a administração do estabelecimento prisional. Em muitos casos, os países estrangeiros não têm Consulados em outras cidades. Neste caso, a pessoa presa tem direito à comunicação com a Embaixada, que fica em Brasília-DF.

PRISÃO

A Constituição do Brasil diz que só é possível a prisão se a pessoa for flagrada cometendo crime ou logo depois de cometê-lo, ou por ordem judicial fundamentada. A liberdade é a regra, sendo a prisão uma exceção.

Ela também garante que todo o processo deve durar por tempo razoável. Nos casos em que a pessoa responde a um processo presa, a sentença deve ser proferida dentro de aproximadamente 03 meses. No entanto, é comum que o Juiz mantenha a pessoa presa muito além desse prazo, sem proferir sentença. Nesses casos, a pessoa tem direito de que seja pedida a sua liberdade e de que, se necessário, seja feito um habeas corpus.

Durante todos os atos do processo e da execução da pena, os presas/os estrangeiras/os têm direito a tradutor em sua língua de origem.

PROCESSO DE CONHECIMENTO

É no processo da Vara Criminal que se prova se houve ou não crime e se a pessoa acusada (ré) é culpada ou inocente.

Durante esse processo (enquanto está sumariando), todas as pessoas são presumidas inocentes e como inocentes devem ser tratadas.

Durante o processo de conhecimento:

- Todas as pessoas que não contam com advogado particular têm direito

Direito e Deveres Das/os Presas/os Estrangeiras/os

de pedir assistência jurídica integral e gratuita e indicar testemunhas de defesa. Assim, quando for citada, já pode dizer ao Oficial de Justiça se tem ou não advogado particular, e o nome das suas testemunhas;

- Todas têm o direito de falar reservadamente com seu Defensor antes do interrogatório. No interrogatório, a pessoa pode contar sua versão ou, se preferir, permanecer em silêncio.

- Todas as pessoas têm direito de estar presentes na audiência, acompanhadas necessariamente de Defensor (que possa promover sua defesa técnica);

- A audiência, em regra, é única. Nela são ouvidas as testemunhas de acusação e de defesa e feito o interrogatório. Após os debates (acusação e defesa) o juiz diz a sentença. No mesmo dia, a/o acusada/o já tem o direito de saber se foi absolvida/o ou condenada/o e de dizer se quer recorrer ou não; Algumas vezes a sentença não é dada na audiência e, nesses casos, um Oficial de Justiça, quando a sentença for dada, vai até o estabelecimento prisional para informar. Nesse momento, é importante que a pessoa declare se quer recorrer.

- Se a sentença for condenatória (haja recurso ou não) e a pessoa ficar presa, deve ir para um estabelecimento prisional com estrutura para o correto cumprimento da pena (com trabalho, estudo etc.).

Após a condenação, começa a execução da pena. Se a pessoa ficou presa antes de ser condenada, todo o tempo de prisão é contado como tempo de pena cumprida e descontado da pena imposta (a chamada “detracção”).

- Se houver recurso só pela Defesa a pena não pode ser aumentada, mas se o Ministério Público recorrer isso pode acontecer;

No Brasil, o responsável pelo cumprimento ou execução da pena é o Juiz da Vara de Execução Criminal (VEC). Isso quer dizer que quem decide, julga os pedidos, é o juiz. Também significa que tudo que acontecer no estabelecimento prisional pode ser comunicado ao juiz responsável pelo seu processo de execução penal.

Se você achar que seus direitos foram desrespeitados, seja por funcionários ou por agentes penitenciários, você deve comunicar seu advogado ou Defensor Público e requerer ao Juiz que tome as providências cabíveis.

EXECUÇÃO DA PENA

É preciso nomear ou pagar advogado para me defender no processo de execução?

Não. No processo de execução também é dever do Estado assegurar a ampla defesa e o amplo acesso à justiça, através da atuação da Defensoria Pública, para todas as pessoas que não podem pagar um profissional para realizar sua defesa.

No Estado de São Paulo, todos os estabelecimentos prisionais têm advogados de entidades conveniadas à Defensoria Pública (conhecidos como “advogados da casa”) para prestar atendimento às pessoas presas. O trabalho desses advogados é coordenado pelo Defensor Público Coordenador de Execução Penal da Regional mais próxima do estabelecimento.

E se o advogado não chamar o preso, passados mais de 30 dias da entrada no presídio?

Você deve mandar uma mensagem (“pipa”) pedindo para falar com ele. Caso você esteja preso na Capital e ele não o chamar, você deve dizer a seus familiares que compareçam ao plantão de atendimento da Defensoria Pública no Fórum Criminal da Barra Funda (endereço no final). Se estiver presa/o na Grande São Paulo ou no Interior, deve pedir a eles que procurem a Regional responsável da Defensoria Pública (endereço no final).

Se você não tiver familiares no Brasil e não conseguir falar com o advogado da casa, pode também mandar uma carta à Defensoria Pública, pedindo atendimento. Os endereços encontram-se nas páginas finais.

Onde fica o processo de execução?

O processo de execução deve ficar na Vara de Execução Criminal (VEC) da comarca em que você estiver presa/o, não importa a cidade em que você foi condenada/o.

Se a pessoa presa for transferida para presídio de outra comarca, o processo de execução vai para a mesma cidade?

Sim, o processo de execução tem que ser enviado para a Vara de Execução Criminal (VEC) da comarca em que a pessoa presa estiver.

Se a/o sentenciada/o estiver em livramento condicional ou regime aberto, o processo deve ir para a cidade em que ela/e mora.

Como saber quanto é o total da pena e os lapsos para obtenção dos direitos (prazos para benefícios)?

O artigo 41, inciso XVI, da Lei de Execução Penal (LEP) diz que você tem direito de receber, a cada ano, um atestado de pena a cumprir emitido pelo juiz responsável por seu processo de execução. Além disso, você pode pedir qualquer esclarecimento jurídico que precise para os advogados conveniados da Defensoria Pública que trabalham no presídio ou ao Defensor Público Coordenador de Execução Penal, pessoalmente ou por meio de carta (endereços ao final).

Como obter informações sobre o julgamento dos pedidos feitos para o juiz?

Após o julgamento, você deverá receber uma intimação dizendo se o seu pedido foi deferido (foi aceito) ou indeferido (não foi aceito).

DIREITOS NO DECORRER DA EXECUÇÃO DA PENA de São Paulo

Quais são as condições para progredir para regime semiaberto ou aberto?

No caso de crime hediondo ou equiparado (tráfico de drogas, por exemplo), **praticado depois de 28 de março de 2007, a pessoa tem direito de progredir quando tiver cumprido 2/5 do total da pena, se for primário ou 3/5 se for reincidente (já tiver sido condenada/o anteriormente por outro crime).**

A pessoa que foi condenada pela prática de crime comum (que não é hediondo) tem direito à progressão quando tiver **cumprido 1/6 do total da sua pena.**

Além do período de cumprimento de pena, deve ter bom comportamento carcerário, atestado pelo diretor da unidade prisional.

Para que o comportamento carcerário da pessoa presa seja considerado bom ela não pode ter praticado falta grave no último ano. Apesar de não estar na lei, a direção do estabelecimento prisional só emite atestado de bom comportamento depois de 01 ano, a contar da data em que praticada a falta grave. Antes disso, o estabelecimento atesta mau comportamento, o que torna muito difícil a obtenção da progressão e do livramento condicional. Importante lembrar que a condenação pela falta grave só é válida se confirmada por um Juiz.

Como calcular 2/5 da pena?

É fácil: divida a pena por 5 e multiplique por 2. Lembre que ela vem anotada em anos, meses e dias. Transforme tudo em dias, divida por 5, multiplique por 2 e depois transforme em anos, meses e dias.

Se você iniciou o cumprimento da pena no semiaberto ou foi progredida/o de regime, conte 2/5 da pena que faltava no dia que o juiz deu a progressão, para saber quando poderá progredir para o regime aberto.

Se o lapso for de 3/5 só muda uma coisa: ao invés de multiplicar por 2, multiplique por 3, ou seja, na explicação acima, toda vez que aparece o 2, troque por 3.

SAÍDA TEMPORÁRIA (“SAIDINHA”)

O que é saída temporária?

A saída temporária (saidinha) é autorizada pelo juiz da execução, para que as pessoas que estão no regime semiaberto e têm bom comportamento possam visitar a família. O diretor do estabelecimento prisional é quem manda para o juiz da execução a lista das/os presas/os que têm direito à saída. Por ano podem ser concedidas cinco saídas temporárias com duração de até sete dias cada (art. 124, da LEP).

As pessoas presas em regime fechado não têm direito à saída temporária. Se a pessoa já “ganhou” o semiaberto, ainda que continue no estabelecimento destinado ao regime fechado, pode pedir a saída temporária. Além dessas hipóteses, o juiz também pode conceder saída temporária para a pessoa presa estudar, fazer curso profissionalizante ou frequentar alguma outra atividade importante e, nestes casos, o tempo da saída é o necessário para a realização da atividade.

A/o estrangeira/o também possui direito à saída temporária, sendo recomendável, para isso, que consiga declaração de quem a/o receberá (o Consulado pode providenciar uma Casa de Acolhida), fornecendo também o endereço.

E se o diretor não puser o nome da/o presa/o na lista?

Se o diretor não mandar o nome para o juiz, a/o presa/o tem que avisar o Defensor Coordenador de Execução Penal ou advogado conveniado da Defensoria Pública que trabalha no presídio.

A saída temporária pode ser revogada?

Sim. Se houver prática de crime doloso (quando há intenção de praticar aquela conduta), punição pela prática de falta grave confirmada pelo Juiz da execução ou desobediência das condições impostas pelo juiz quando autorizou a saída.

Se a pessoa ganha progressão para o semiaberto, mas não é transferida por falta de vaga, o que deve fazer?

Se a pessoa presa foi progredida para o regime semiaberto, mas continua em regime fechado, não tem seu direito respeitado e deve avisar o Defensor Coordenador de Execução Penal ou advogado conveniado da Defensoria Pública do presídio para que proponham as medidas jurídicas cabíveis.

LIVRAMENTO CONDICIONAL (LC)

Quais as condições para obter livramento condicional?

Se a pessoa tiver sido condenada pela prática de crime hediondo ou equiparado, como tráfico de drogas, tem de cumprir mais de $\frac{2}{3}$ da pena, se for primária. Se for reincidente em crime hediondo ou equiparado, não cabe livramento condicional.

Para calcular os $\frac{2}{3}$, multiplica-se a pena por 2 e divide por 3 (não esqueça de por tudo em dias antes e depois por tudo em anos e meses de volta). Nos crimes comuns, deve ser cumprido mais de $\frac{1}{3}$ do total da pena, se não for reincidente em crime doloso. Se for reincidente tem de cumprir mais de $\frac{1}{2}$.

Para saber quanto é $\frac{1}{3}$, divida a pena por 3 e para saber quanto é a meta-de divida a pena por 2. Também deve ter bom comportamento carcerário.

Quanto tempo dura o livramento condicional (LC)?

O livramento condicional dura o mesmo tempo que falta para a pena ser cumprida integralmente.

E se não comparecer para carimbar a carteirinha de LC?

Se a pessoa não for carimbar a carteirinha da liberdade condicional por qualquer motivo ou não puder continuar assinando no local determinado pelo juiz, procure a Defensoria Pública imediatamente para que as suas razões sejam encaminhadas ao juiz da execução. Caso contrário, a liberdade condicional pode ser revogada e o juiz poderá expedir mandado de prisão.

Em São Paulo o controle é bem rigoroso e eles sabem exatamente quem está ou não atrasado.

Se o livramento condicional for revogado pelo juiz, o tempo que a pessoa fica em liberdade é descontado da pena?

Não. Você perde todo o tempo que ficou em livramento condicional, mesmo que tenha carimbado a carteirinha sem nenhum atraso. A pena que resta a cumprir é a mesma que faltava na data em que a/o condenada/o saiu em liberdade condicional.

| PENA APLICADA | PENA A SER CUMPRIDA PARA OBTER PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO (LAPSO DE 2/5) | PENA A SER CUMPRIDA PARA OBTER O LIVRAMENTO CONDICIONAL (LAPSO DE 2/3) |
|-----------------------------|--|---|
| 01 ano, 11 meses e 10 dias | 09 meses e 10 dias | 01 ano, 03 meses e 16 dias |
| 02 anos e 06 meses. | 01 ano | 01 ano e 08 meses |
| 04 anos | 01 ano, 07 meses e 06 dias | 02 anos e 08 meses |
| 04 anos, 10 meses e 10 dias | 01 ano, 11 meses e 10 dias | 03 anos, 02 meses e 26 dias |
| 05 anos e 10 meses | 02 anos e 04 meses | 03 anos, 10 meses e 20 dias |

Direito e Deveres Das/os Presas/os Estrangeiras/os

| PENA APLICADA | PENA A SER CUMPRIDA PARA OBTER PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO (LAPSO DE 2/5) | PENA A SER CUMPRIDA PARA OBTER O LIVRAMENTO CONDICIONAL (LAPSO DE 2/3) |
|----------------------------|---|--|
| 06 anos 09 meses e 20 dias | 02 anos, 08 meses e 20 dias | 04 anos, 06 meses e 13 dias |
| 07 anos e 07 meses | 03 anos e 12 dias | 05 anos e 20 dias |
| 08 anos | 03 anos, 02 meses e 12 dias | 05 anos e 04 meses |

Seguem na tabela abaixo alguns exemplos da quantidade de pena que deve ser cumprida para a obtenção da progressão ao regime semiaberto ou do livramento condicional, a depender da pena a que a pessoa foi condenada, nos casos de condenação de pessoa primária pelo crime de tráfico de drogas praticado depois de 28/03/2013.

Atenção 01: esses são exemplos de tempo de pena que precisa ser cumprido, para ter direito à progressão ao regime semiaberto e ao livramento condicional. No entanto, isso não significa que a pessoa automaticamente obtém esses direitos após o cumprimento desse tempo de pena. Para “ganhar” o semiaberto e o livramento condicional, além de cumprir certo tempo da pena e ter bom comportamento, é necessário que seja feito um pedido ao juiz e ele aceite o pedido.

Atenção 02: não está incluído na tabela o tempo de pena necessária para a obtenção do regime aberto, uma vez que isso depende, no entender dos Juízes, da data da decisão que determinou a progressão ao regime semiaberto, o que não é possível saber com antecedência. No entanto, se você receber a progressão ao regime semiaberto, deve-se entrar em contato com a Defensoria Pública, solicitando que alguém calcule a data para progressão ao regime aberto, uma vez que é possível que ela chegue antes da data do lapso para o livramento condicional.

Atenção 03: se você estiver trabalhando e/ou estudando e receber remição, essas quantidades de penas são alteradas e será preciso cumprir menos pena para ter direito à progressão e ao livramento condicional.

Indulto e Comutação

O indulto (conhecido como “indulto natalino”) é o perdão total da pena. Já a comutação é o perdão de parte da pena.

A pena do crime hediondo ou tráfico de drogas não pode ser indultada, a menos que tenha sido reconhecida a causa de diminuição de pena prevista no §4º, do artigo 33, da Lei de Drogas (agente primária/o, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa).

Se a pessoa foi condenada pelo crime de tráfico de drogas, previsto no artigo 33, e pelo crime de associação para o tráfico, previsto no artigo 35, ela pode pedir o indulto em relação ao crime de associação para o tráfico, desde que cumpra 2/3 da pena aplicada pelo tráfico de drogas.

REMIÇÃO

O que é remição?

A remição é a redução da pena pelo trabalho e/ou estudo.

Como se calcula remição pelo trabalho?

A pena será reduzida em 1 dia para cada 3 dias de atividade no presídio.

O trabalho é um direito da pessoa presa?

Sim, o trabalho é um direito. A jornada de trabalho na prisão não pode ser superior a 8 horas e deve ser garantido o descanso nos domingos e feriados.

A parte do salário recebido pelo trabalho, não gasto com assistência à família ou com despesas pessoais, será depositada em caderneta de poupança podendo ser retirada quando a pessoa for posta em liberdade (esse dinheiro é chamado pecúlio).

A remição ajuda a obter direitos de execução?

Sim. Os dias remidos diminuem o total da pena que você deve cumprir e, assim, também antecipam os prazos para progressão e liberdade condicional).

E quem sofre acidente de trabalho?

Os dias em que o presa/o não pode trabalhar, por causa do acidente, são considerados como dia de trabalho para fins de remição.

E se não há oficina de trabalho onde a pessoa está presa?

Nas unidades prisionais em que não há oficinas de trabalho, qualquer outra atividade diária, constante e com horário deve ser considerada para fins de remição. É dever do Estado disponibilizar trabalho a todas/os as/os presas/os que queiram trabalhar.

E como se calcula a remição pelo estudo?

A pena é reduzida em 1 dia a cada 12 horas de frequência escolar divididas, no mínimo, em 3 dias.

A educação é um direito da pessoa presa?

Assim como o trabalho, a educação também é um direito de toda pessoa presa, tanto para instrução escolar, quanto para formação profissional.

PROCESSO DE EXPULSÃO

O que é o IPE?

O IPE – Inquérito Policial de Expulsão do Território Brasileiro é um procedimento administrativo instaurado pelo Ministério da Justiça, que tem por objetivo verificar se um estrangeira/o pode ou não ser expulsa/o do Brasil e, se for o caso, determinar ao seu final a expulsão. O Ministério da

Justiça entende que a/o estrangeira/o deve ser expulsa/o sempre que for comprovada a prática de um crime no Brasil.

O que acontece quando estrangeira/o é expulsa/o?

A/o estrangeira/o expulsa/o do território brasileiro não pode nunca mais retornar ao Brasil. Caso retorne ao Brasil após 10, 20 ou mesmo 50 anos, ela/e cometerá o crime de reingresso de estrangeira/o expulsa/o (art. 338, do Código Penal), e, após ser processada/o e cumprir a pena, que pode variar de 1 a 4 anos de reclusão, será novamente expulsa/o.

Quais os motivos que impedem a expulsão de uma pessoa estrangeira?

Em regra, uma pessoa estrangeira não pode ser expulsa se tiver filhas/os, cônjuge ou companheira/o brasileiras/os, ou se a expulsão implicar em extradição inadmitida pela lei brasileira.

Qual é o procedimento do IPE?

O IPE é instaurado por determinação do Ministério da Justiça. A Polícia Federal faz as diligências necessárias para instruir esse processo administrativo, o que inclui um interrogatório, e então abre prazo para a elaboração da defesa escrita do expulsando. Esta defesa é feita por um advogado particular ou, quando o expulsando não puder ou não quiser contratar um advogado, pela Defensoria Pública da União. Feita a defesa, a Polícia Federal faz um relatório conclusivo e remete o IPE ao Ministério da Justiça, em Brasília. A decisão final sobre a decretação ou não da expulsão cabe apenas ao Ministro da Justiça.

Para que serve o interrogatório feito pela Polícia Federal?

O interrogatório feito pela Polícia Federal serve principalmente para verificar se há alguma causa impeditiva da expulsão, e melhor instruir o IPE. Assinar o interrogatório e responder às perguntas formuladas não prejudicam a/o estrangeira/o, e não influem na decretação da expulsão, que será decidida pelo Ministro da Justiça. É muito importante, no interro-

gatório, dizer o nome e endereços dos filhas/os e companheira/o, juntar documentos e reforçar que há dependência econômica e afetiva, para dificultar a expulsão aos que assim desejam.

Se for decretada a expulsão, quando ela é efetivada?

Se decretada a expulsão, ela será efetivada, ou seja, a pessoa estrangeira será enviada ao seu país de origem quando terminar de cumprir a pena, ou, antes de terminar de cumprir a pena, desde que o juiz autorize, especialmente quando a pessoa está em livramento condicional ou em regime aberto. É importante que a pessoa estrangeira presa comunique seu advogado ou a Defensoria Pública, caso deseje ser expulsa antes do término do cumprimento da pena, para que seja feito o pedido de liberação ao Poder Judiciário.

Fique atenta/o: há casos em que o Juiz já na sentença concede a liberação e há casos em que, ao conceder o livramento condicional, o Juiz, ao mesmo tempo, já concede a liberação.

TRANSFERÊNCIA DE PESSOAS CONDENADAS

O que é a transferência?

É a possibilidade de uma pessoa estrangeira condenada definitivamente com trânsito em julgado (sem direito a recurso) cumprir o restante da pena imposta pela Justiça brasileira no seu país de origem.

Para que serve a transferência?

A transferência é um instituto humanitário, que visa à aproximação da pessoa condenada de seus familiares.

Após cumprir a pena, a/o estrangeira/o pode retornar ao Brasil?

Não, uma vez que a transferência implica também na expulsão.

Como funciona o processo de transferência?

O requerimento é gratuito e dispensa advogado. Pode ser feito de próprio punho pela pessoa interessada, que deverá assiná-lo e encaminhá-lo para o Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça: Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, Sala 300, Brasília-DF, CEP 70.064-900. A transferência tem que ser aprovada por ambos os países e, somente depois, será efetivada.

O processo é demorado?

Sim. Em virtude da necessidade de instruir o pedido com documentação (certidão de execução criminal, prontuário médico, atestado de conduta, sentença condenatória), e da necessidade de aprovação do pedido pelo Brasil e pelo país que receberá a pessoa, com a respectiva tradução dos documentos, o processo costuma demorar mais de ano. Além disso, é importante destacar que tem se mostrado, na prática, muito difícil a transferência para cumprir pena no país de origem.

Com que países o Brasil tem tratados em vigor?

Com Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Espanha, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido, além dos Estados signatários da Convenção Interamericana sobre o cumprimento de Sentenças Penais no Exterior (Canadá, Chile, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai e Venezuela).

O que fazer se o país de origem da/o presa/o não tiver tratado em vigor no Brasil?

Até o momento não há previsão de transferência de pessoas condenadas sem que haja tratado. No entanto, para maiores esclarecimentos a/o presa/o deve escrever ao respectivo Consulado para saber se existe alguma negociação em andamento entre os dois países.

VISITAS

Toda/o presa/o pode receber visita?

Sim. Nos termos da LEP (art. 41, inciso X), a visita da esposa, do marido, companheira/o, parentes e amigas/os é direito da/o presa/o (condenada/o ou provisória/o). Tal direito, para a/o estrangeira/o, se aplica também à visita pelo Consulado.

A LEP não faz qualquer restrição em relação às pessoas que podem visitar presos. No entanto, as visitas devem ser cadastradas.

O que é preciso para alguém se cadastrar na lista de visitas?

A administração do estabelecimento prisional deve dar essa informação para quem quiser se cadastrar e a/o presa/o deve declarar que concorda em receber a visita dessa pessoa.

É possível alterar as pessoas que estão na minha lista de visitas?

Sim, basta solicitação da alteração à administração do estabelecimento prisional em que se encontra.

A entrada de crianças ou adolescentes no presídio é permitida?

Sim, desde que a criança ou adolescente faça a visita na companhia de pessoa que a represente legalmente ou que detenha a sua guarda. Caso a visita da criança ou adolescente seja proibida pela direção, é possível fazer o pedido para o juiz através de advogado particular, advogado da casa ou Defensor Público.

O que fazer se a visita for submetida a revista vexatória?

As visitas devem ser revistas em lugar reservado, com respeito e sempre por pessoas do mesmo sexo. As visitas devem saber o nome da pessoa que faz a revista. Qualquer ato que exponha a visita a constrangimento ou desrespeito deve ser comunicado à Defensoria Pública.

Como funciona a visita íntima?

As/os presas/os têm direito à visita íntima, ao menos uma vez por mês, pois a privação de liberdade não pode ter como consequência a restrição da sexualidade (artigo 41, inciso X, da LEP e Resolução nº 1/1999 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP).

A administração do estabelecimento prisional deve preparar local reservado para a realização de visita íntima com privacidade e também fornecer preservativos e orientações sobre como devem ser utilizados para evitar a gravidez indesejada e a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs).

É preciso apresentar certidão de casamento ou de união estável para receber visita íntima?

Não. Para que a pessoa receba sua visita íntima, basta que a/o visitante declare por escrito ser sua/seu parceira/o, caso a unidade exija.

Os homossexuais também têm direito a visita íntima?

Sim, a visita íntima também é direito dos homossexuais.

CORRESPONDÊNCIA

Toda pessoa presa tem direito de se corresponder por cartas com quem desejar. É possível também enviar e receber encomendas, de acordo com as regras da unidade.

As pessoas presas também têm direito a utilizar a “carta social”, que tem o custo de R\$0,01, permitindo, assim, a comunicação da pessoa presa com o mundo externo, com custo bastante reduzido. É possível mandar até 05 cartas sociais por mês e ela deve pesar no máximo 10 gramas. Também, a carta social tem abrangência nacional, não sendo possível sua utilização para a comunicação com pessoas em outros países, que não o Brasil.

SAÚDE

A/o presa/o tem direito a atendimento de saúde?

Toda pessoa presa tem direito à saúde. Deve ser garantido no estabelecimento prisional atendimento de equipe de saúde (médico, odontológico, de enfermagem, psicológico).

Também deve haver nos presídios enfermarias com medicamentos para todas as pessoas presas, inclusive medicamentos para crise de abstinência, destinados aos presas/os usuárias/os de drogas.

Se for mulher, deve ser incluída no programa estadual de prevenção do câncer de mama e de colo de útero e deve ser encaminhada regularmente para fazer exames laboratoriais (papanicolau, HIV, HPV etc), de acordo com as políticas de saúde definidas pelo SUS.

Os presídios devem fornecer produtos de higiene. O “kit de higiene” mensal deve conter, pelo menos, escova e pasta de dentes, sabonete, papel higiênico e, no caso das mulheres presas, absorvente íntimo.

FILHOS

Quando uma mulher estrangeira é presa enquanto gestante, deve ser fornecida toda a assistência para assegurar uma gestação saudável, inclusive a realização de exames pré-natais.

Após o nascimento do bebê, a LEP estabelece a possibilidade de que o bebê permaneça no mínimo 6 meses com a mãe na prisão, que deverá ter espaço apropriado para a mãe e a criança. Ainda, há recomendação do CNPCP de que a manutenção de mãe e bebê ocorra por no mínimo 01 ano e 06 meses e recomendação do Ministério da Saúde de que isso ocorra por no mínimo 02 anos.

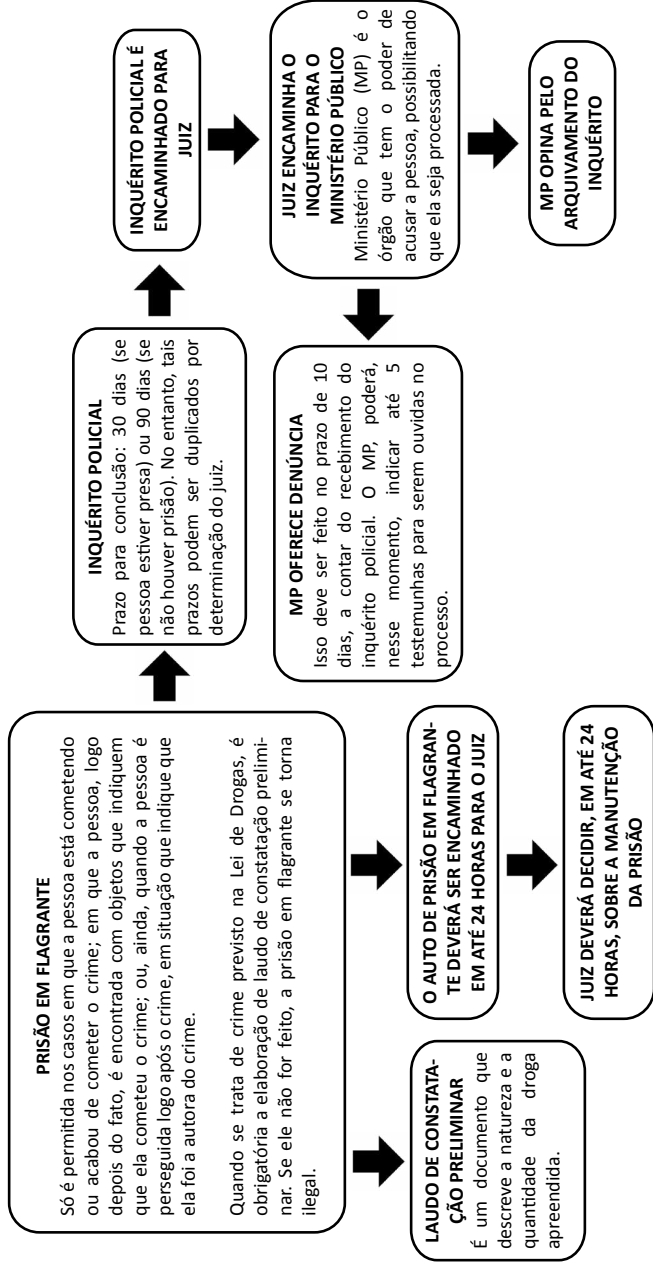
Decorrido esse período, a criança é entregue aos cuidados de algum parente da mãe ou de pessoa de sua confiança.

Direito e Deveres Das/os Presas/os Estrangeiras/os

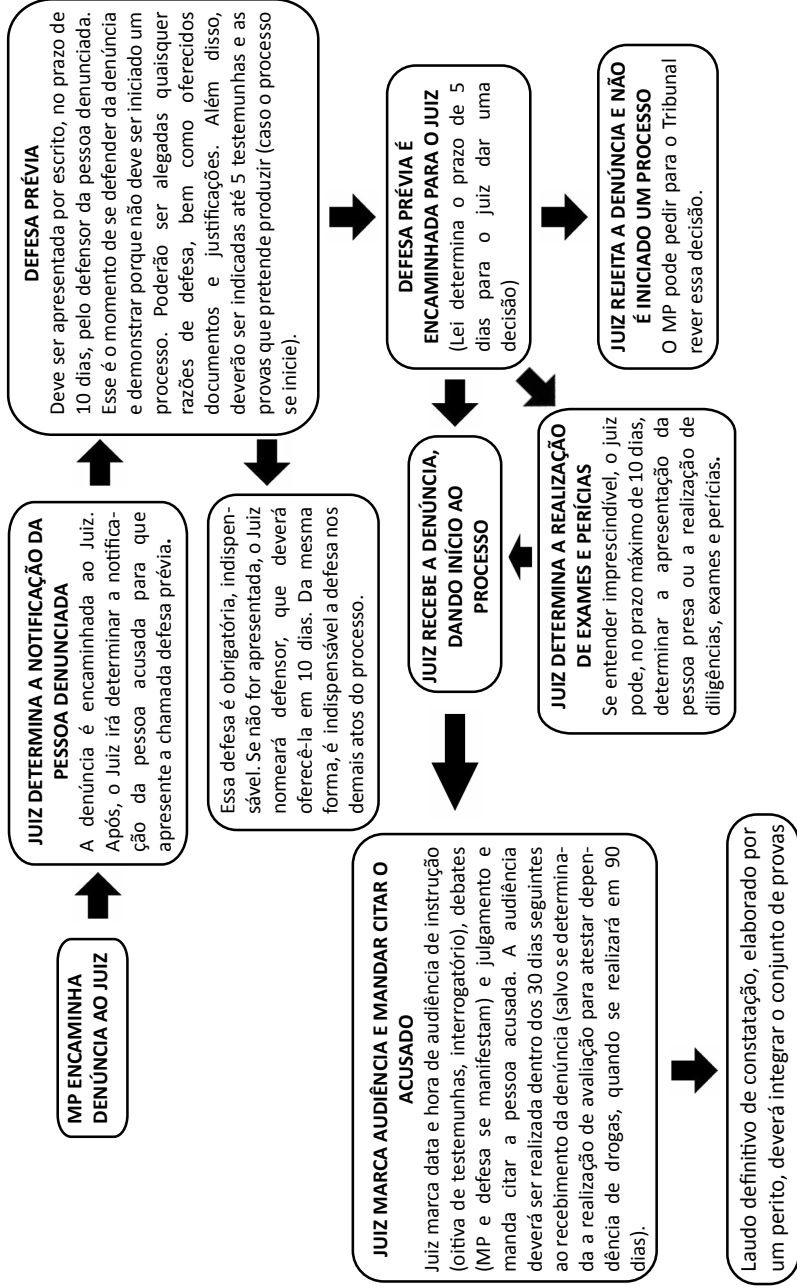
Para os casos em que não há outra pessoa que possa ficar com a criança, a LEP estabelece que os estabelecimentos femininos devem contar com seção de creche, para a manutenção das crianças de até 07 anos. Assim, a solução trazida na lei NÃO é o envio da criança para uma casa de acolhimento (“abrigo”). Caso isso aconteça ou esteja próximo de acontecer, a mãe presa deve entrar em contato com seu advogado ou com a Defensoria Pública, para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

PROCEDIMENTO > LEI 11.343/2006 (LEI DE DROGAS)

INQUÉRITO POLICIAL É o procedimento de investigação conduzido pela autoridade policial (delegado) quando verifica provável prática de crime.



AÇÃO PENAL É o processo, que corre perante o Juiz e conta com a obrigatória participação da defesa.



AÇÃO PENAL

INTERROGATÓRIO

Primeiro ato da audiência. É obrigatório que a pessoa acusada seja defendida por um defensor. Assim como no interrogatório, a pessoa acusada também pode permanecer em silêncio quanto à acusação que lhe é feita.

OTIVA DAS TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO E DE DEFESA

PARTES APRESENTAM ALEGAÇÕES FINAIS

É o momento em que a defesa e o MP irão se manifestar sobre a acusação e as provas produzidas durante o processo. O objetivo é convencer o juiz, que irá, em seguida, decidir sobre a condenação ou absolvição.

DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES

Juiz poderá, a pedido das partes (MP e defesa), determinar realização de exames, perícias, juntada de documentos ao processo, etc, se considerar necessário/relevante para o julgamento do caso.

JUIZ DÁ A SENTENÇA

Juiz irá condenar ou absolver a pessoa acusada e também fixar a pena.

PENAS

O crime de tráfico de drogas é punível com pena de prisão. Já o crime de porte de drogas, em nenhuma hipótese, poderá ser punido com prisão (somente com advertência, prestação de serviços à comunidade ou obrigação de comparecimento a curso educativo)

PARTES PODEM QUESTIONAR A DECISÃO DO JUIZ

O MP e a defesa poderão recorrer perante o Tribunal, que irá reanalisar a decisão do juiz. É o chamado “recurso de apelação”.

Quando somente a defesa questiona a decisão perante o Tribunal, esse nunca poderá reformar a decisão de modo a piorar a situação da pessoa acusada – ou seja, quando a defesa recorre, buscando modificar a decisão, o Tribunal mantém a decisão do Juiz ou dá nova decisão, que necessariamente será mais favorável à pessoa acusada (poderá absolver ou impor pena menos grave, por exemplo)

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

1. O procedimento exposto não é adotado quando se trata de crime previsto pela Lei de Drogas que atende aos critérios da Lei dos Juizados Especiais Criminais. São casos de crimes de menor importância, que: a) não têm como sanção a pena privativa de liberdade (é, por exemplo, o caso do porte de drogas); b) não têm como sanção pena de prisão com pena máxima abstrata não superior a 02 (dois) anos, cumulada ou não com multa. Nesses casos, segue-se outro procedimento. A diferença, basicamente, se dá em relação a prazos e número de testemunhas (3). Além disso, o interrogatório será realizado no final da fase de instrução – e não no começo.

2. No caso de acusação relativa à conduta de porte de drogas, não se admite prisão processual. Assim, quem for pego pela polícia em circunstâncias que indiquem se tratar de porte de drogas (quando droga é para consumo próprio) e não de tráfico, não pode ser preso. Somente é possível ser determinada sua condução à delegacia e que compareça perante o juiz para responder à acusação. Além disso, cabe ressaltar que a polícia nunca pode mandar tirar a roupa ou impor qualquer outro tipo de situação humilhante, como comer a droga. A revista, da mesma forma, deve ser feita de forma respeitosa (o que inclui ser revista por policiais do mesmo sexo).

3. Uma das grandes críticas à Lei de Drogas são as injustiças que muitas vezes ocorrem quando alguém é surpreendido com drogas. Isso porque, na realidade, é difícil distinguir a prática do crime de porte de drogas da prática do crime tráfico de drogas (que tem consequências bem distintas). Dessa forma, a pessoa acusada, muitas vezes, fica sujeita a arbitrariedades. Estabelece a Lei que “para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente”.

4. Prisão para apelar: a Lei de Drogas estabelece como condição para apelar o recolhimento da pessoa acusada à prisão. Entende-se que contraria a Constituição e por isso não deve ser aplicado.

5. O dispositivo da Lei de Drogas que proíbia, no caso do crime de tráfico de drogas, a substituição da pena de prisão por penas restritivas de direito (como, por exemplo, a prestação de serviços à comunidade), não pode mais ser aplicado. O Senado, por meio de uma Resolução (nº 5 de 2012), suspendeu a eficácia dessa disposição. Assim, se as circunstâncias do caso forem favoráveis (por exemplo, a pessoa acusada nunca foi condenada, a quantidade de drogas não é grande, a pena não é superior a quatro anos), a pena de prisão poderá ser afastada, impondo-se pena menos grave.

6. O Supremo Tribunal Federal entende que é possível fixar regime que não seja o fechado caso a pessoa seja condenada por tráfico de drogas, ainda que a Lei de Drogas estabeleça o contrário. Da mesma forma, esse tribunal entende que pode ser concedida a liberdade provisória para tal crime (é a liberdade durante o processo).

ENDEREÇOS E TELEFONES ÚTEIS

Defensoria Pública da União em São Paulo

Endereço: Rua Fernando de Albuquerque nº 155 - Bairro Consolação
CEP: 01309-030 - São Paulo/SP E-mail: atendimento.sp@dpu.gov.br
(atendimento), cartoriosp@dpu.gov.br (cartório), estagio.adm.sp@dpu.gov.br (estágio), imprensa.sp@dpu.gov.br (imprensa), dpu.sp@dpu.gov.br (administração) **Telefone:** (11) 3627-3400 Fax: (11) 3627-3455

Defensoria Pública da União em Guarulhos

Endereço: Rua Anice, nº 268, Bairro Jardim Santa Mena, Guarulhos/SP
CEP: 07097-010
Email: dpu.guarulhos@dpu.gov.br
Telefone: (11) 2928-7800

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Núcleo Especializado de Situação Carcerária

Av. Liberdade, 32 - 7º andar
Telefones: 3242-5274/3105-5799 Ramal: 282
Email: nucleo.carceraria@defensoria.sp.gov.br

Direito e Deveres Das/os Presas/os Estrangeiras/os

Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

Rua Boa Vista, 103, 10º andar.

Telefone: (11) 3101-0155 ramais 233 e 238.

Email: nucleo.mulher@ defensoria.sp.gov.br.

LOCAIS DE ATENDIMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA

| CAPITAL | |
|-----------------|---------------|
| TELEAGENDAMENTO | 0800 773 4340 |

| GRANDE SÃO PAULO | | | |
|---|-----------------------|---|--|
| Área de Atuação | Município | Endereço | Telefone |
| Família, Cível, Criminal e Infância e Juventude | Carapicuíba | Avenida Celeste, 58, Centro, 06320-030 | (11) 4183 – 5415 |
| Cível e Família | Diadema | Rua das Turmalinas, 71 / 77. | (11) 4043-0805 4043-0885. |
| Criminal e Infância e Juventude | Ferraz de Vasconcelos | Av Santos Dumont, 1535, Jd. Vista Alegre - 08531-100 | (11) 4678-3075 (11) 4678-3076 |
| Família, Cível, Criminal e Infância e Juventude | Franco da Rocha | Praça Ministro Nelson Hungria, 01, Franco da Rocha | (11) 4811-7505 |
| Cível, Família, Infância e Juventude | Guarulhos | R. Sete de Setembro, 30 | 2229-1660. Atendimento pelo 0800 (Central de Atendimento com o Cidadão): 0800- 7734340. |
| Cível, Família, Infância e Juventude e Criminal | Itaquaquecetuba | Rua Vereador José Barbosa de Araújo, 317, Vila Virgínia | (11) 4754 - 1100 (11) 4753 – 5892 |

Direito e Deveres Das/os Presas/os Estrangeiras/os**GRANDE SÃO PAULO**

| Área de Atuação | Município | Endereço | Telefone |
|---|-----------------------|---|--|
| Execução Criminal e Infância e Juventude | Mauá | Rua João Ramalho, 111, Vila Noêmia. | (11) 4512 –1771 4555-0770. |
| Cível, Família, Infância e Juventude e Criminal | Mogi das Cruzes | Rua Francisco Martins,30 - Bairro Socorro | (11) 4799-5089. |
| Cível, Família, Infância e Juventude e Criminal | Osasco | Avenida dos Autonomistas, 3094 | (11) 3698-5544. Atendimento de 2ª à 6ª das 8h às 9h30 |
| Família, Cível, Criminal | Santo André | Rua Senador Fláquer, 922, Centro | (11) 4432 – 3404. |
| Cível e Família | São Bernardo do Campo | Av. Barão de Mauá, 251 | (11) 4332-9605 |

INTERIOR

| Área de Atuação | Município | Endereço | Telefone |
|--|------------------|--|------------------------------------|
| Família, Cível, Criminal e Infância e Juventude | Araçatuba | Rua XV de Novembro, 395, Centro | (18) 3621- 2802 |
| Família, Cível, Criminal, Infância e Juventude | Araraquara | Rua São Bento, nº1725, Centro. | (16) 3322-2300 |
| Cível, Família, Infância e Juventude, Criminal | Avaré | Rua Piauí,1581 | (14) 3732-7376 |
| Família, Cível, Criminal, Infância e Juventude e Violência Doméstica | Barretos | Av. Centenário da Abolição, 1500, América. | (17) 3324-2221 (17) 3322 – 4293 |
| Cível, Família, Infância, Criminal e Execução Criminal | Bauru | Rua Raposo Tavares, Quadra 7- nº 8 | (14) 3227-2726 |

Direito e Deveres Das/os Presas/os Estrangeiras/os**INTERIOR**

| Área de Atuação | Município | Endereço | Telefone |
|--|------------------|--|---|
| Cível, Família e Criminal | Campinas | R. Francisco Xavier A. Camargo, 300, bloco B | (19) 3256-4733. Atendimento 0800: 0800 7734 340 |
| Família, Cível, Criminal, Infância e Juventude e Violência Doméstica | Caraguatatuba | Praça Dr. José Rebelo da Cunha, nº 68– Bairro Sumaré | (12) 3883-5086. |
| Família, Cível, Criminal e Infância e Juventude | Franca | Rua Comandante Salgado, 1624. Centro | (16)3722- 5783; 3722-5812 |
| Família, Cível, Criminal Infância e Juventude e Violência Doméstica | Guarujá | Avenida Adhemar de Barros, nº1317, Centro. | (13) 3355-9155 |
| Infância e Juventude | Itapetininga | Rua Carlos Cardoso, 421 | (15) 3273-1971. |
| Cível, Família e Criminal | Jaú | R. Bento Manoel, 282 | (14) 3624- 6797 |
| Família, Cível, Criminal e Infância e Juventude | Jacareí | Praça Três Poderes Centro | (12) 3961-3383 |
| Cível e Família | Jundiaí | Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 636 e 646, Centro | (11) 4521-1230. |
| Família, Cível, Criminal, Infância e Juventude e Violência Doméstica | Limeira | Rua Boa Morte, 725 | (19)3442-1427 3443-3498 |
| Cível e Família | Marília | Av. Sampaio Vidal, 132 | (14) 3413-7606 |
| Família, Cível, Criminal e Infância e Juventude | Piracicaba | Rua Benjamin Constant, 823 | (19)3432-1679 |
| Infância e Juventude | Praia Grande | Av. Dr. Roberto de Almeida Vinhas, 9101, Mirim. | (13) 3471 - 1200 Ramal 277 |

Direito e Deveres Das/os Presas/os Estrangeiras/os

| INTERIOR | | | |
|---|-----------------------|---|------------------------------------|
| Área de Atuação | Município | Endereço | Telefone |
| Cível, Família, Criminal e Execução Penal | Presidente Prudente | Rua Comendador João Peretti, 26 | (18) 3901-1485 |
| Família, Cível, Criminal | Registro | Avenida Gersoni Napoli, 4, Centro | (13) 3821-3536 |
| Cível, Família e Criminal | Ribeirão Preto | Rua Alice Além Saad, 1256 | (16) 3965- 4151 |
| Infância e Juventude, Cível e Infracional | Rio Claro | Rua Sete, 830/ 2º andar – SALA 212, Centro | (19) 3523 - 5954 |
| Cível, Família, Infância e Juventude e Execução Penal | Santos | Avenida São Francisco nº 261 | (13) 3221-3622 |
| Cível, Família, Infância e Juventude, Criminal e Execução Penal | São Carlos | R. Bento Carlos, 1028 | (16) 3368- 8181 |
| Cível, Família, Infância e Juventude e Execução Penal | São José dos Campos | Rua Comendador Vicente de Paulo Penido, nº532 - Parque Residencial Aquarius | (12) 3942-2540 (12) 3942 – 3223 |
| Cível, Família, Infância e Juventude, Criminal e Execução Penal | São José do Rio Preto | Rua Marechal Deodoro, 3131 | (17) 3211-9813. |
| Cível, Família, Infância e Juventude | São Vicente | R. Major Loretti, 11 | (13) 3467-2013 |
| Cível, Família, Infância e Execução Criminal | Sorocaba | Rua Barão de Tatuí, 231 | (15) 3233-0173. |
| Cível e Família | Taubaté | Praça Coronel Vitoriano, 113 | (12) 3621-4722 |
| Infância e Juventude, Cível e Infracional | Tupã | Rua Colômbia, 354, Jd. América | (14) 3441 – 6793 |

Direito e Deveres Das/os Presas/os Estrangeiras/os

OUVIDORIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Avenida Liberdade, 32, Centro, Telefone: (11) 3105-5799, ramal 285,
CEP:01502-000

CORREGEDORIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Boa Vista, 200, Centro, Telefone: (11) 3105-9040, ramal 409,
CEP:01014-000

Para mais informações, acesse: WWW.DEFENSORIA.SP.GOV.BR

ITTC - Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - Projeto Estrangeiras

Rua Marquês de Itu, 298 - Vila Buarque - CEP 01223-000,
telefones 33313355 e 33314066, e-mail estrangeiras@ittc.org.br

DISQUE-DENÚNCIA

Telefone: 181

Texto:

Núcleo Especializado de Situação Carcerária
Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos
da Mulher
Defensoria Pública da União em São Paulo
Instituto Terra, Trabalho e Cidadania

Revisão:

Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa
da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Projeto Gráfico, Produção Impressão EDEPE – Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

DERECHOS Y DEBERES DE LOS RECLUSAS/ OS ESTRANJERAS/OS

En ese manual, usted, extranjera o extranjero que está reclusa/o en Brasil, conocerá más sobre sus derechos y deberes. Aquí usted también sabrá cómo las Defensorías Públicas del Estado y de la Unión trabajan en la defensa de sus derechos.

En Brasil todas las personas reclusas, extranjeras o no, poseen los mismos derechos, debiendo ser tratadas de forma digna y tener sus derechos respetados por todos.

Si usted es mujer, es importante saber que el sistema penitenciario fue pensado por hombres y para los hombres, y es reciente la legislación que propone la construcción de centros penitenciarios que puedan atender sus necesidades específicas. Sin embargo, las mujeres reclusas tienen iguales derechos a tratamiento de calidad, y deben ser respetadas en sus peculiaridades.

En cuanto a la nacionalidad, la Secretaría de Administración Penitenciaria (SAP) de São Paulo, posee política destinada a la concentración de los reclusos extranjeros en dos establecimientos: las mujeres extranjeras se quedan, en regla, en el Penal Femenino de la Capital (PFC) y los hombres extranjeros, en regla, en el Penal PM Cabo Marcelo Pires da Silva (situada en Itaí).

La garantía constitucional de acceso a la justicia y a las Defensorías Públicas

La Constitución de la República determina que el Estado garantice, para todas las personas que no pueden pagar, el acceso a la justicia por medio de la Defensoría Pública. Es papel de los Defensores Públicos dar orientación jurídica y defender los necesitados en todas las fases judiciales, en las diferentes áreas del Derecho (civil, criminal, etc).

Derechos y Deberes de Las/os Reclusas/os Etranjeras/os

Toda persona acusada de practicar crimen, esté reclusa o suelta, que no tenga dinero para pagar abogado particular de su elección, tiene el derecho de ser defendida por la Defensoría Pública (mientras no haya Defensoría Pública en todas las ciudades del Estado, el juez deberá nombrar abogado dativo para hacer la defensa durante todo el proceso de conocimiento).

En Brasil, la Defensoría Pública es dividida entre Defensoría Pública de los Estados y de la Unión. La Defensoría Pública de la Unión trabaja en la Justicia Federal y órganos federales, como el Ministerio de la Justicia y la Policía Federal, y Presidios Federales (actualmente no existe ningún presidio federal en el Estado de São Paulo). La Justicia Federal juzga crímenes como el tráfico internacional de drogas y el falseamiento de documentos federales. El Ministerio de la Justicia, específicamente el Departamento de Extranjeros, juzga el proceso de expulsión. No siendo esos casos, quien cuidará de su proceso es la Defensoría Pública Estadual.

El cuadro abajo busca aclarar cuando actúa la Defensoría Pública del Estado (DPE) y cuando actúa la Defensoría Pública de la Unión (DPU).

| SITUACIÓN | DEFENSORÍA RESPONSABLE |
|---|------------------------|
| Estoy siendo acusada/o y procesada/o en la Justicia Federal. (Ejemplos: Justicia Federal de Guarulhos, Justicia Federal de la Capital). | DPU |
| Hay proceso de expulsión contra mí. | DPU |
| Estoy siendo acusada/o y procesada/o en la Justicia Estadual (Ejemplo: Foro de la Barra Funda). | DPE |
| Ya fui condenada/o y ya tengo proceso de ejecución. Quiero pedir progresión, liberación condicional etc. | DPE |

Ese manual trae informaciones para que usted conozca mejor sus derechos y pueda exigir que sean respetados (mismo mientras esté reclusa/o).

Derecho a la asistencia consular

La asistencia consular es el derecho asegurado a la persona extranjera de recibir auxilio moral y material de su respectivo Consulado siempre que se encuentre privada de su libertad de locomoción.

Esa asistencia consagra el derecho de correspondencia y de recibir visita por el Consulado en la prisión, sea ella preventiva o para cumplimiento de cuita. Además, la/el extranjera/o tiene el derecho de pedir a las autoridades brasileñas que, por ocasión de su prisión, o durante el proceso, sea comunicado el departamento consular más próximo.

Las informaciones sobre las direcciones de los Consulados extranjeros en Brasil pueden, en general, ser logrados con la Defensoría Pública o con la administración del centro penitenciario. En muchos casos, los países extranjeros no tienen Consulados en otras ciudades. En este caso, la persona reclusa tiene derecho a la comunicación con la Embajada, que se queda en Brasília-DF.

PRISIÓN

La Constitución de Brasil dice que solo es posible la prisión si la persona es flagrada cometiendo crimen o luego después de cometerlo, o por orden judicial fundamentada. La libertad es la regla, siendo la prisión una excepción.

Ella también garantiza que todo el proceso debe durar por tiempo razonable. En los casos en los que la persona contesta a un proceso reclusa, la sentencia debe ser proferida dentro de aproximadamente 03 meses. Sin embargo, es común que el Juez mantenga la persona reclusa muy además de ese plazo, sin proferir sentencia. En esos casos, la persona tiene derecho del que sea pedida su libertad y de que, si necesario, sea hecho un habeas corpus.

Durante todos los actos del proceso y de la ejecución de la cuita, los reclusas/os extranjeras/os tienen derecho a traductor en su idioma de origen.

PROCESO DE CONOCIMIENTO

Es en el proceso de la Vara Criminal que se prueba se hubo o no crimen y si la persona acusada (reo) es culpable o inocente.

Durante ese proceso (mientras está siendo hecho), todas las personas son presumidas inocentes y como inocentes deben ser tratadas.

Durante el proceso de conocimiento:

- Todas las personas que no cuentan con abogado particular tienen derecho de pedir asistencia jurídica integral y gratuita e indicar testigos de defensa. Así, cuando sea citada, ya puede decir al Alguacil se tiene o no abogado particular, y el nombre de sus testigos;

- Todas tienen el derecho de hablar reservadamente con su Defensor antes del interrogatorio. En el interrogatorio, la persona puede contar su versión o, si prefiere, permanecer en silencio.

- Todas las personas tienen derecho de estar presentes en la audiencia, acompañadas necesariamente de Defensor (que pueda promover su defensa técnica);

- La audiencia, en regla, es única. En ella son oídas los testigos de acusación y de defensa y hecho el interrogatorio. Después de los debates (acusación y defensa) el juez dice la sentencia. En el mismo día, la/el acusada/o ya tiene el derecho de saber si fue absuelta/o o condenada/o y de decir se quiere recurrir o no; Algunas veces la sentencia no es data en la audiencia y, en esos casos, un Alguacil, cuando la sentencia sea data, va hasta el centro penitenciario para informar. En ese momento, es importante que la persona declare se quiere recurrir.

- Si la sentencia es condenatoria (haya recurso o no) y la persona quedarse reclusa, debe ir para un centro penitenciario con estructura para el correcto cumplimiento de la cuita (con trabajo, estudio etc.).

Derechos y Deberes de Las/os Reclusas/os Etranjeras/os

Después de la condena, comienza la ejecución de la cuita. Si la persona se quedó reclusa antes de ser condenada, todo el tiempo de prisión es contado como tiempo de cuita cumplida y descontado de la cuita impuesta (la llamada “detracción”).

- Si ha recurso solo por la Defensa la cuita no puede ser aumentada, pero si el Ministerio Público recurrir eso puede acontecer;

En Brasil, el responsable por el cumplimiento o ejecución de la cuita es el Juez de la Vara de Ejecución Criminal (VEC). Eso quiere decir que quien decide, juzga los pedidos, es el juez. También significa que todo cuanto acontecer en el centro penitenciario puede ser comunicado al juez responsable por su proceso de ejecución penal.

Si usted cree que sus derechos no fueron respetados, sea por empleados o por agentes penitenciarios, debe comunicar su abogado o Defensor Público y requerir al Juez que tome las providencias que quepan.

EJECUCIÓN DE LA CUITA

¿Es necesario nombrar o pagar abogado para defenderme en el proceso de ejecución?

No. En el proceso de ejecución también es deber del Estado asegurar la amplia defensa y el amplio acceso a la justicia, a través de la actuación de la Defensoría Pública, para todas las personas que no pueden pagar un profesional para realizar su defensa.

En el Estado de São Paulo, todos los centros penitenciarios tienen abogados de entidades concertadas a la Defensoría Pública (conocidos como “abogados de la casa”) para prestar servicio a las personas reclusas. El trabajo de esos abogados es coordinado por el Defensor Público Coordinador de Ejecución Penal de la Regional más próxima del establecimiento.

¿Y si el abogado no llamar el recluso, pasados más de 30 días de la entrada en el presidio?

Debe mandar un mensaje (“pipa”) pidiendo para hablar con él. Caso usted esté recluso en la Capital y él no llamarlo, debe decir a sus familiares que comparezcan al plantón de servicio de la Defensoría Pública en el Foro Criminal de la Barra Funda (dirección en el final). Si está reclusa/o en la Grande São Paulo o en el Interior, debe pedir a ellos que busquen la Regional responsable de la Defensoría Pública (dirección en el final).

Si usted no tienes familiares en Brasil y no conseguir hablar con el abogado de la casa, puede también mandar una carta a la Defensoría Pública, pidiendo ese servicio. Las direcciones se encuentran en las páginas finales.

¿Dónde está el proceso de ejecución?

El proceso de ejecución debe quedarse en la Vara de Ejecución Criminal (VEC) de la comarca en la que usted esté reclusa/o, no importa la ciudad en la que usted fue condenada/o.

¿Si la persona reclusa es transferida para presidio de otra comarca, el proceso de ejecución va para la misma ciudad?

Sí, el proceso de ejecución tiene que ser enviado para la Vara de Ejecución Criminal (VEC) de la comarca en la que la persona reclusa esté. Si la/el sentenciada/o está en liberación condicional o régimen abierto, el proceso debe ir para la ciudad en la que ella/él viva.

¿Cómo saber cuánto es el total de la cuita y los lapsos para obtención de los derechos (plazos para beneficios)?

El artículo 41, inciso XVI, de la Ley de Ejecución Penal (LEP) dice que usted tiene derecho de recibir, a cada año, un atestado de cuita a cumplir emitido por el juez responsable de su proceso de ejecución. Además, puede pedir cualquiera aclaración jurídica que necesite para los abogados concertados de la Defensoría Pública que trabajan en el presidio o al Defensor

Derechos y Deberes de Las/os Reclusas/os Etranjeras/os

Público Coordinador de Ejecución Penal, personalmente o por medio de carta (direcciones al final).

¿Cómo lograr informaciones sobre el juicio de los pedidos hechos para el juez?

Después del juicio, deberá recibir una intimación diciendo si su pedido fue deferido (fue aceptado) o no deferido (no fue aceptado).

DERECHOS EN EL DECORRER DE LA EJECUCIÓN DE LA CUITA de SÃO PAULO

¿Cuáles son las condiciones para progresar para régimen semi-abierto o abierto?

En el caso de crimen odioso o equiparado (tráfico de drogas, por ejemplo), **practicado después de 28 de marzo de 2007, la persona tiene derecho de progresar cuando haya cumplido 2/5 del total de la cuita, si es primario o 3/5 si es reincidente (ya haya sido condenada/o anteriormente por otro crimen).**

La persona que fue condenada por la práctica de crimen común (que no es odioso) tiene derecho a la progresión cuando **haya cumplido 1/6 del total de su cuita.**

Además del período de cumplimiento de cuita, debe tener buen comportamiento penitenciario, testificado por el director del centro penitenciario.

Para que el comportamiento penitenciario de la persona reclusa sea considerado bueno ella no puede haber practicado falta grave en el último año. A pesar de no estar en la ley, la dirección del centro penitenciario solo emite testificado de buen comportamiento después de 01 año, a contar de la fecha en la que practicada la falta grave. Antes de eso, el establecimiento testifica malo comportamiento, lo que torna muy difícil la obtención de la progresión y de la liberación condicional. Importante recordar

que la condena por la falta grave solo es válida se confirmada por un Juez.

¿Cómo calcular 2/5 de la cuita?

Es fácil: divida la cuita por 5 y multiplique por 2. Recuerde que ella viene anotada en años, meses y días. Transforme todo en días, divida por 5, multiplique por 2 y después transforme en años, meses y días.

Si usted inició el cumplimiento de la cuita en el semi-abierto u ocurrió progresión de régimen, cuente 2/5 de la cuita que faltaba en el día que el juez dio la progresión, para saber cuándo podrá progresar para el régimen abierto.

Si el lapso es de 3/5 solo muda una cosa: al revés de multiplicar por 2, multiplique por 3, o sea, en la explicación arriba, toda vez que aparece el 2, cambie por 3.

SALIDA TEMPORARIA (“SAIDINHA”)

¿Lo qué es salida temporaria?

La salida temporaria (saidinha) es autorizada por el juez de la ejecución, para que las personas que están en el régimen semi-abierto y tienen buen comportamiento puedan visitar la familia. El director del centro penitenciario es quien manda para el juez de la ejecución la lista de las/los reclusas/os que tienen derecho a la salida. Por año pueden ser concedidas cinco salidas temporarias con duración de hasta siete días cada (art. 124, de la LEP).

Las personas reclusas en régimen cerrado no tienen derecho a la salida temporaria. Si la persona ya “ganó” el semi-abierto, todavía que continúe en el establecimiento destinado al régimen cerrado, puede pedir la salida temporaria.

Además de esas hipótesis, el juez también puede conceder salida temporaria para la persona reclusa estudiar, hacer curso profesional o frecuentar

Derechos y Deberes de Las/os Reclusas/os Etranjeras/os

alguna otra actividad importante y, en estos casos, el tiempo de la salida es el necesario para la realización de la actividad.

La/el extranjera/o también posee derecho a la salida temporaria, siendo recomendable, para eso, que consiga declaración de quien la/el recibirá (el Consulado puede providenciar una Casa de Acogida), suministrando también la dirección.

¿Y si el director no ponga el nombre de la/del reclusa/o en la lista?

Si el director no manda el nombre para el juez, la/el reclusa/o tiene que avisar el Defensor Coordinador de Ejecución Penal o abogado concertado de la Defensoría Pública que trabaja en el presidio.

¿La salida temporaria puede ser revocada?

Sí. Si ha práctica de crimen doloso (cuando hay intención de practicar aquella conducta), castigo por la práctica de falta grave confirmada por el Juez de la ejecución o desobediencia de las condiciones impuestas por el juez cuando autorizó la salida.

Si la persona gana progresión para el semi-abierto, pero no es transferida por falta de vacante, ¿Lo qué debe hacer?

Si la persona reclusa fue progresada para el régimen semi-abierto, pero continúa en régimen cerrado, no tiene su derecho respetado y debe avisar el Defensor Coordinador de Ejecución Penal o abogado concertado de la Defensoría Pública del presidio para que propongan las medidas jurídicas que quepan. **DEBES D**

LIBERACIÓN CONDICIONAL (LC)

¿Cuáles las condiciones para lograr liberación condicional?

Si la persona tiene sido condenada por la práctica de crimen odioso o

Derechos y Deberes de Las/os Reclusas/os Etranjeras/os

equiparado, como tráfico de drogas, tiene de cumplir más de 2/3 de la cuita, si es primaria. Si es reincidente en crimen odioso o equiparado, no cabe liberación condicional.

Para calcular los 2/3, se multiplica la cuita por 2 y divide por 3 (no olvide de por todo en días antes y después por todo en años y meses de vuelta). En los crímenes comunes, debe ser cumplido más de 1/3 del total de la cuita, si no es reincidente en crimen doloso. Si es reincidente tiene de cumplir más de 1/2.

Para saber cuánto es 1/3, divida la cuita por 3 y para saber cuánto es la mitad divida la cuita por 2. También debe tener buen comportamiento penitenciario.

¿Cuánto tiempo dura la liberación condicional (LC)?

La liberación condicional dura el mismo tiempo que falta para la cuita ser cumplida integralmente.

¿Y si no comparece para sellar la billetera de LC?

Si la persona no sellar la billetera de la libertad condicional por cualquier motivo o no pueda continuar firmando en el local determinado por el juez, busque la Defensoría Pública inmediatamente para que sus razones sean encaminadas al juez de la ejecución. Caso contrario, la libertad condicional puede ser revocada y el juez podrá expedir mandado de prisión. En São Paulo el control es bien riguroso y ellos saben exactamente quien está o no atrasado.

¿Si el liberación condicional es revocada por el juez, el tiempo que la persona se queda en libertad es descontado de la cuita?

No. Pierde todo el tiempo que se quedó en liberación condicional, aun cuando haya sellado la billetera sin ningún atraso. La cuita que queda a cumplir es la misma que faltaba en la fecha en la que la/el condenada/o salió en libertad condicional.

Derechos y Deberes de Las/os Reclusas/os Etranjeras/os

Siguen en la tabla abajo algunos ejemplos de la cantidad de cuita que debe ser cumplida para la obtención de la progresión al régimen semi-abierto o de la liberación condicional, a depender de la cuita a que la persona fue condenada, en los casos de condena de persona primaria por el crimen de tráfico de drogas practicado después de 28/03/2013.

| CUITA APLICADA | CUITA A SER CUMPLIDA PARA LOGRAR PROGRESIÓN AL RÉGIMEN SEMI-ABIERTO (LAPSO DE 2/5) | CUITA A SER CUMPLIDA PARA LOGRAR LA LIBERACIÓN CONDICIONAL (LAPSO DE 2/3) |
|-----------------------------|--|---|
| 01 año, 11 meses y 10 días | 09 meses y 10 días | 01 año, 03 meses y 16 días |
| 02 años y 06 meses | 01 año | 01 año y 08 meses |
| 04 años | 01 año, 07 meses y 06 días | 02 años y 08 meses |
| 04 años, 10 meses y 10 días | 01 año, 11 meses y 10 días | 03 años, 02 meses y 26 días |
| 05 años y 10 meses | 02 años y 04 meses | 03 años, 10 meses y 20 días |
| 06 años 09 meses y 20 días | 02 años, 08 meses y 20 días | 04 años, 06 meses y 13 días |
| 07 años y 07 meses | 03 años y 12 días | 05 años y 20 días |
| 08 años | 03 años, 02 meses y 12 días | 05 años y 04 meses |

Atención 01: éstos son ejemplos de tiempo de cuita que necesita ser cumplido, para tener derecho a la progresión al régimen semi-abierto y a la liberación condicional. Sin embargo, eso no significa que la persona automáticamente logra esos derechos después del cumplimiento de ese tiempo de cuita. Para “ganar” el semi-abierto y la liberación condicional, además de cumplir cierto tiempo de la cuita y tener buen comportamiento, es necesario que sea hecho un pedido al juez y él acepte el pedido.

Atención 02: no está incluido en la tabla el tiempo de cuita necesaria para

Derechos y Deberes de Las/os Reclusas/os Etranjeras/os

la obtención del régimen abierto, una vez que eso depende, en lo entender de los Jueces, de la fecha de la decisión que determinó la progresión al régimen semi-abierto, lo que no es posible saber con antelación. Sin embargo, si usted recibe la progresión al régimen semi-abierto, se debe entrar en contacto con la Defensoría Pública, pidiendo que uno calcule la fecha para progresión al régimen abierto, una vez que es posible que ella llegue antes de la fecha del lapso para la liberación condicional.

Atención 03: si usted estás trabajando y/o estudiando y recibir liberación, esas cantidades de cuitas son alteradas y será necesario cumplir menos cuita para tener derecho a la progresión y a la liberación condicional.

Indulto y Conmutación

El indulto (conocido como “indulto navideño”) es el perdón total de la cuita. Ya la conmutación es el perdón de parte de la cuita.

La cuita del crimen odioso o tráfico de drogas no puede ser indultada, a menos que haya sido reconocida a causa de disminución de cuita prevista en el §4º, del artículo 33, de la Ley de Drogas (agente primaria/o, de buenos antecedentes, no se dedique a las actividades criminosas ni integre organización criminosas).

Si la persona fue condenada por el crimen de tráfico de drogas, previsto en el artículo 33, y por el crimen de asociación para el tráfico, previsto en el artículo 35, puede pedir el indulto con relación al crimen de asociación para el tráfico, desde que cumpla 2/3 de la cuita aplicada por el tráfico de drogas.

LIBERACIÓN

¿Qué es liberación?

La liberación es la reducción de la cuita por el trabajo y/o estudio.

¿Cómo se calcula la liberación por el trabajo?

La cuita será reducida en 1 día para cada 3 días de actividad en el presidio.

¿El trabajo es un derecho de la persona reclusa?

Sí, el trabajo es un derecho. La jornada de trabajo en la prisión no puede ser superior a 8 horas y debe ser garantizado el descanso en los domingos y feriados.

La parte del salario recibido por el trabajo, no gasta con asistencia a la familia o con gastos personales, será depositada en cuadernillo de ahorro pudiendo ser retirada cuando la persona sea puesta en libertad (ese dinero es llamado peculio).

¿La liberación ayuda a lograr derechos de ejecución?

Sí. Los días liberados apocan el total de la cuita que usted debe cumplir y, así, también anticipan los plazos para progresión y libertad condicional).

¿Y quién sufre accidente de trabajo?

Los días en el que la reclusa/o no puede trabajar, a causa del accidente, son considerados como día de trabajo para fines de liberación.

¿Y se no hay oficina de trabajo dónde la persona está reclusa?

En los centros penitenciarios en el que no hay oficinas de trabajo, cualquiera otra actividad diaria, constante y con hora debe ser considerada para fines de liberación. Es deber del Estado hacer disponible trabajo a todas/os las/os reclusas/os que quieran trabajar.

¿Y cómo se calcula la liberación por el estudio?

La cuita es reducida en 1 día a cada 12 horas de frecuencia escolar divididas, por lo menos, en 3 días.

¿La educación es un derecho de la persona reclusa?

Así como el trabajo, la educación también es un derecho de toda persona reclusa, tanto para instrucción escolar, cuanto para formación profesional.

PROCESO DE EXPULSIÓN

¿Qué es el IPE?

El IPE - Expediente Policial de Expulsión del Territorio Brasileño es un procedimiento administrativo instaurado por el Ministerio de la Justicia, que tiene por objetivo verificar si una extranjera/o puede o no ser expulsada/o de Brasil y, si es el caso, determinar a su final la expulsión. El Ministerio de la Justicia entiende qué la/el extranjera/o debe ser expulsada/o siempre que sea comprobada la práctica de un crimen en Brasil.

¿Qué pasa cuando la/el extranjera/o es expulsada/o?

La/el extranjera/o expulsada/o del territorio brasileño no puede nunca más regresar a Brasil. Caso regrese a Brasil después de 10, 20 o mismo 50 años, ella/él cometerá el crimen de reingreso de extranjera/o expulsada/o (art. 338, del Código Penal), y, después de ser procesada/o y cumplir la cuita, que puede variar de 1 a 4 años de reclusión, será nuevamente expulsada/o.

¿Cuáles los motivos que impiden la expulsión de una persona extranjera?

En regla, una persona extranjera no puede ser expulsada si tiene hijas/os, cónyuge o compañera/o brasileiras/os, o si la expulsión implicar en extradición no admitida por la ley brasileña.

¿Cuál es el procedimiento del IPE?

El IPE es instaurado por determinación del Ministerio de la Justicia. La Policía Federal hace las diligencias necesarias para instruir ese proceso administrativo, lo que incluye un interrogatorio, y entonces abre plazo

para la elaboración de la defensa escrita del expulsando. Esta defensa es hecha por un abogado particular o, cuando el expulsando no pueda o no quiera contratar un abogado, por la Defensoría Pública de la Unión. Hecha la defensa, la Policía Federal hace un informe conclusivo y remete el IPE al Ministerio de la Justicia, en Brasíla. La decisión final sobre la decisión o no de la expulsión cabe apenas al Ministro de la Justicia.

¿Para qué sirve el interrogatorio hecho por la Policía Federal?

El interrogatorio hecho por la Policía Federal sirve principalmente para verificar se hay alguna causa impeditiva de la expulsión, y mejor instruir el IPE. Firmar el interrogatorio y contestar a las preguntas formuladas no perjudican la/el extranjera/o, y no influyen en la decisión de la expulsión, que será decidida por el Ministro de la Justicia. Es muy importante, en el interrogatorio, decir el nombre y direcciones de los hijas/os y compañera/o, juntar documentos y reforzar que hay dependencia económica y afectiva, para dificultar la expulsión a los que así desean.

¿Si es decretada la expulsión, cuándo ella es efectuada?

Se decretada la expulsión, será efectuada, o sea, la persona extranjera será enviada a su país de origen cuando termine de cumplir la cuita, o, antes de terminar de cumplir la cuita, desde que el juez autorice, especialmente cuando la persona está en liberación condicional o en régimen abierto. Es importante que la persona extranjera reclusa comunique su abogado o la Defensoría Pública, caso desee ser expulsada antes del término del cumplimiento de la cuita, para que sea hecho el pedido de liberación al Poder Judiciario.

Se quede atenta/o: hay casos en los que el Juez ya en la sentencia concede la liberación y hay casos en los que, al conceder la liberación condicional, el Juez, al mismo tiempo, ya concede la liberación.

TRANSFERENCIA DE PERSONAS CONDENADAS

¿Qué es la transferencia?

Es la posibilidad de una persona extranjera condenada concluyentemente con tránsito en juzgado (sin derecho a recurso) cumplir el restante de la cuita impuesta por la Justicia brasileña en su país de origen.

¿Para qué sirve la transferencia?

La transferencia es un instituto humanitario, que objetiva a la aproximación de la persona condenada de sus familiares.

¿Después de cumplir la cuita, la/el extranjera/o puede regresar a Brasil?

No, una vez que la transferencia implica también en la expulsión.

¿Cómo funciona el proceso de transferencia?

La petición es gratuita y dispensa abogado. Puede ser hecho de propio puño por la persona interesada, que deberá firmarlo y encaminarlo para el Departamento de Extranjeros del Ministerio de la Justicia: Explanada de los Ministerios, Bloco T, Anexo II, Sala 300, Brasília-DF, CÓDIGO POSTAL 70.064-900. La transferencia tiene que ser aprobada por ambos los países y, solamente después, será efectuada.

¿El proceso es demorado?

Sí. En virtud de la necesidad de instruir el pedido con documentación (certificado de ejecución criminal, prontuario médico, testificado de conducta, sentencia condenatoria), y de la necesidad de aprobación del pedido por Brasil y por el país que recibirá la persona, con la respectiva traducción de los documentos, el proceso suele demorar más de año. Además, es importante destacar que se ha mostrado, en la práctica, muy difícil la transferencia para cumplir cuita en el país de origen.

¿Con qué países Brasil tiene tratados en vigor?

Con Argentina, Bolivia, Canadá, Chile, España, Paraguay, Perú, Portugal, Reino Unido, además de los Estados signatarios de la Convención Interamericana sobre el cumplimiento de Sentencias Penales en el Exterior (Canadá, Chile, Costa Rica, Ecuador, Estados Unidos, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay y Venezuela).

¿Qué hacer si el país de origen de la/del reclusa/o no haya tratado en vigor en Brasil?

Hasta el momento no hay previsión de transferencia de personas condenadas sin que haya tratado. Sin embargo, para mayores aclaraciones la/el reclusa/o debe escribir al respectivo Consulado para saber si existe alguna negociación en andadura entre los dos países.

VISITAS

¿Toda/o reclusa/o puede recibir visita?

Sí. De acuerdo con los términos de la LEP (art. 41, inciso X), la visita de la esposa, del esposo, compañera/o, parientes y amigas/os es derecho de la/del reclusa/o (condenada/o o provisoria/o). Tal derecho, para la/el extranjera/o, se aplica también a la visita por el Consulado.

La LEP no hace cualquier restricción con relación a las personas que pueden visitar reclusos. Sin embargo, las visitas deben ser registradas.

¿Qué es preciso para alguien registrarse en la lista de visitas?

La administración del centro penitenciario debe dar esa información para quien quiera registrarse y la/el reclusa/o debe declarar que concuerda en recibir la visita de esa persona.

¿Es posible alterar las personas que están en mi lista de visitas?

Sí, basta solicitud a la administración del centro penitenciario en el que se encuentra.

¿La entrada de niños o adolescentes en el presidio es permitida?

Sí, desde que el niño o adolescente haga la visita en la compañía de persona que la represente legalmente o que detenga su guarda. Caso la visita del niño o adolescente sea prohibida por la dirección, es posible hacer el pedido para el juez a través de abogado particular, abogado de la casa o Defensor Público.

¿Qué hacer si la visita sea sometida a cacheo vejatorio?

Las visitas deben ser cacheadas en lugar reservado, con respeto y siempre por personas del mismo sexo. Las visitas deben saber el nombre de la persona que hace el cacheo. Cualquier acto que exponga la visita a constreñimiento o falta de respeto debe ser comunicado a la Defensoría Pública.

¿Cómo funciona la visita íntima?

Las/los reclusas/os tienen derecho a la visita íntima, al menos una vez por mes, pues la privación de libertad no puede tener como consecuencia la restricción de la sexualidad (artículo 41, inciso X, de la LEP y Resolución nº 1/1999 del Consejo Nacional de Política Criminal y Penitenciaria - CNPCP). La administración del centro penitenciario debe disponer local reservado para la realización de visita íntima con privacidad y también suministrar preservativos y orientaciones sobre cómo deben ser utilizados para evitar el embarazo no deseado y la transmisión de enfermedades sexualmente transmisibles (DSTs).

¿Es necesario presentar certificado de casamiento o de unión estable para recibir visita íntima?

No. para que la persona reciba su visita íntima, basta que la/el visitante

declare por escrito ser su pareja, caso la unidad exija.

¿Los homosexuales también tienen derecho a visita íntima?

Sí, la visita íntima también es derecho de los homosexuales.

CORRESPONDENCIA

Toda persona reclusa tiene derecho de corresponderse por cartas con quienes desear. Es posible también enviar y recibir encargos, de acuerdo con las reglas de la unidad.

Las personas reclusas también tienen derecho a utilizar la “carta social”, que tiene el coste de R\$0,01, permitiendo, así, la comunicación de la persona reclusa con el mundo externo, con coste bastante reducido. Es posible mandar hasta 05 cartas sociales por mes y ella debe pesar a lo más 10 gramos. También, la carta social tiene abarcamiento nacional, no siendo posible su utilización para la comunicación con personas en otros países, que no Brasil.

SALUD

¿La/el reclusa/o tiene derecho a servicio de salud?

Toda persona reclusa tiene derecho a la salud. Debe ser garantizado en el centro penitenciario servicio de equipo de salud (médico, odontológico, de enfermería, psicológico).

También debe haber en los presidios enfermerías con medicamentos para todas las personas reclusas, incluso medicamentos para crisis de abstinencia, destinados a los reclusas/os usuarias/os de drogas.

Si es mujer, debe ser incluida en el programa estadual de prevención del cáncer de mama y de cuello de útero y debe ser encaminada regularmente para hacer exámenes de laboratorio (Papanicolao, HIV, HPV etc), de acuerdo con las políticas de salud definidas por el SUS.

Derechos y Deberes de Las/os Reclusas/os Extranjeras/os

Los presidios deben suministrar productos de higiene. El “kit de higiene” mensual debe contener, por lo menos, cepillo y pasta de dientes, jaboncillo, papel higiénico y, en el caso de las mujeres reclusas, absorbente íntimo.

HIJOS

Cuando una mujer extranjera es reclusa mientras embarazada, debe ser suministrada toda la asistencia para asegurar una gestación saludable, incluso la realización de exámenes prenatales.

Después del nacimiento del bebé, la LEP establece la posibilidad de que el bebé permanezca por lo menos 6 meses con la madre en la prisión, que deberá tener espacio apropiado para la madre y el niño. Aún, hay recomendación del CNPCP de que el mantenimiento de madre y bebé ocurra por lo menos 01 año y 06 meses y recomendación del Ministerio de la Salud de que eso ocurra por lo menos 02 años.

Pasado ese período, el niño es entregado a la atención de alguno pariente de la madre o de persona de su confianza.

Para los casos en los que no hay otra persona que pueda quedar con el niño, la LEP establece que los establecimientos femeninos deben contar con sección de guardería, para el mantenimiento de los niños de hasta 07 años. Así, la solución traída en la ley NO es el envío del niño para una casa de acogida (“abrigo”). Caso eso acontezca o esté próximo de acontecer, la madre reclusa debe entrar en contacto con su abogado o con la Defensoría Pública, para que sean hechas las medidas que quepan.

SÃO PAULO

SERVICIO JURÍDICO

¿Qué hacer si la reclusa no sea bien atendida por el abogado concertado de la Defensoría Pública?

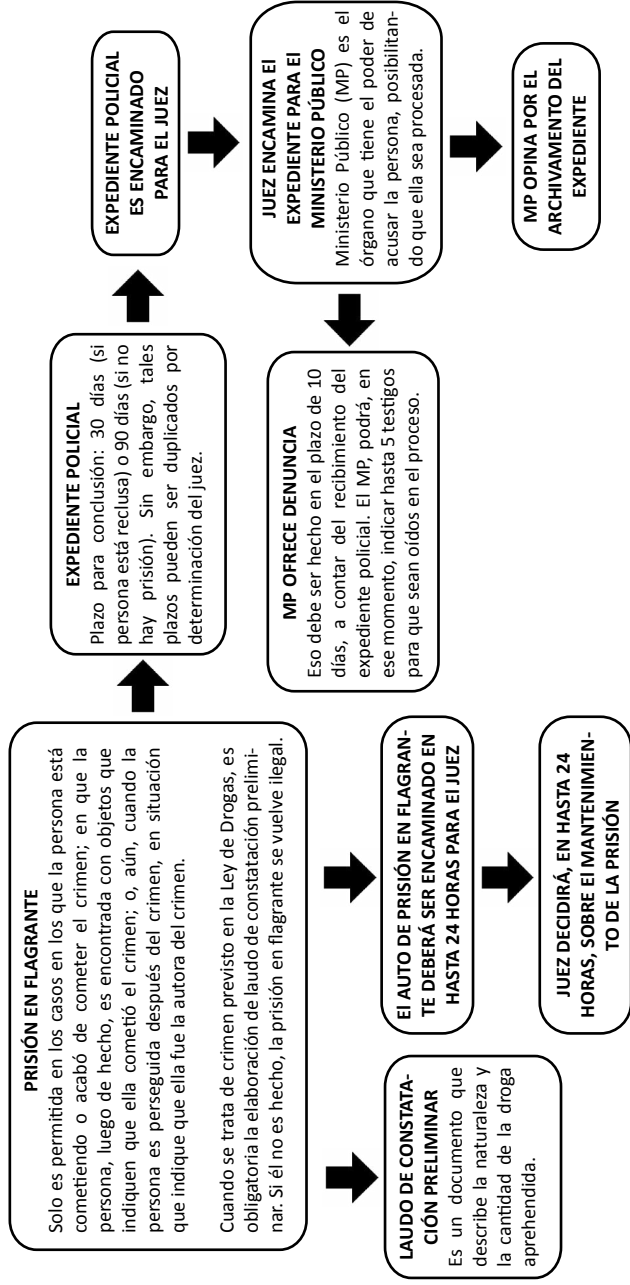
Si usted quiere quejarse del abogado concertado que trabaja en el presidio (“abogado de la casa”), busque la Oidoría da Defensoría Pública (dirección en el final).

¿Qué hacer si la reclusa o sus familiares no son bien atendidos por Defensor Público?

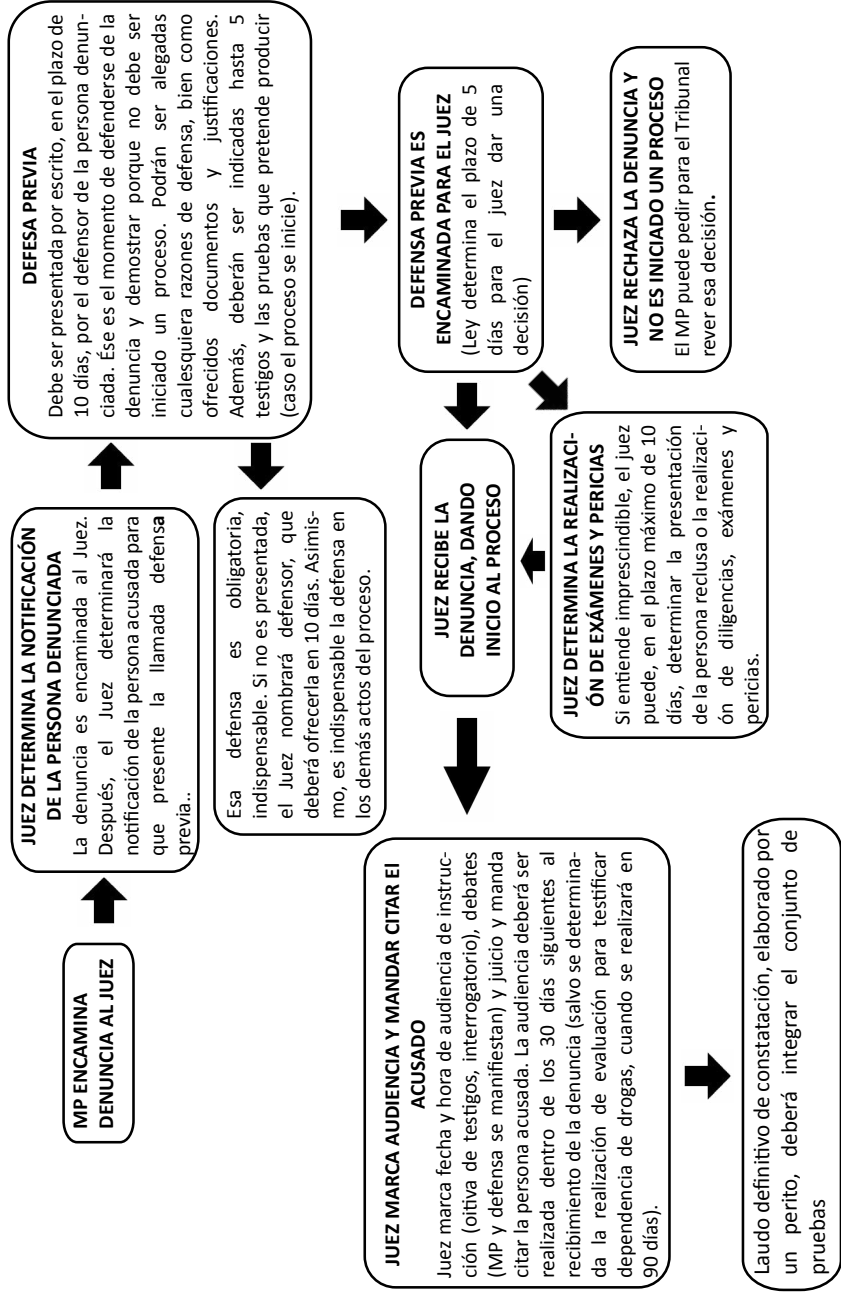
Si usted quiere quejarse del trabajo del Defensor Público busque La Oidoría y/o la Corregiduría de la Defensoría Pública (direcciones en el final). Si es un Defensor Público Federal, puede comunicar a la Corregiduría-General de la Defensoría Pública de la Unión (dirección en el final).

PROCEDIMIENTO > LEY 11.343/2006 (LEY DE DROGAS)

EXPEDIENTE POLICIAL Es el procedimiento de averiguación acarreado por la autoridad policial (delegado) cuando verifica probable práctica de crimen.



ACCIÓN PENAL Es el proceso, que ocurre delante el Juez y cuenta con la obligatoria participación de la defensa.



ACCIÓN PENAL

INTERROGATORIO

Primer acto de la audiencia. Es obligatorio que la persona acusada sea defendida por un defensor. Así como en el interrogatorio, la persona acusada también puede permanecer en silencio en cuanto a la acusación que le es hecha.

OITIVA DE LOS TESTIGOS DE ACUSACIÓN Y DE DEFENSA

PARTES PRESENTAN ALEGACIONES FINALES

Es el momento en el que la defensa y el MP se manifestarán sobre la acusación y las pruebas producidas durante el proceso. El objetivo es convencer al juez, que irá, enseguida, decidir sobre la condena o absolución.

DILIGENCIAS COMPLEMENTARIAS

Juez podrá, a petición de las partes (MP y defensa), determinar realización de exámenes, pericias, junta de documentos al proceso, etc, si considera necesario/relevante para el juicio del caso.

JUEZ DE LA SENTENCIA

Juez condenará o absolverá la persona acusada y también fijará la cuita.

CUITAS

El crimen de tráfico de drogas es punible con cuita de prisión. Ya el crimen de portea de drogas, en ninguna hipótesis, podrá ser punido con prisión (solamente con advertencia, prestación de servicios a la comunidad o deber de comparecencia a curso educativo).

PARTES PUEDEN CUESTIONAR LA DECISIÓN DEL JUEZ

El MP y la defensa podrán recurrir delante el Tribunal, que re-analizará la decisión del Juez. Es el llamado "recurso de apelación".

Cuando solamente la defensa cuestiona la decisión delante el Tribunal, éste nunca podrá reformar la decisión de modo a desmejorar la situación de la persona acusada - o sea, cuando la defensa recurre, buscando modificar la decisión, el Tribunal mantiene la decisión del Juez o da nueva decisión, que necesariamente será más favorable a la persona acusada (podrá absolver o imponer cuita menos grave, por ejemplo)

OBSERVACIONES IMPORTANTES

1. El procedimiento expuesto no es adoptado cuando se trata de crimen previsto por la Ley de Drogas que atiende a los criterios de la Ley de las Varas Especiales Criminales. Son casos de crímenes de menor importancia, que: a) no tienen como sanción la cuita privativa de libertad (es, por ejemplo, el caso del porte de drogas); b) no tienen como sanción cuita de prisión con cuita máxima abstracta no superior a 02 (dos) años, cumulada o no con multa. En esos casos, se sigue otro procedimiento. La diferencia, básicamente, se da con relación a plazos y número de testigos (3). Además, el interrogatorio será realizado al final de la fase de instrucción - y no en el comienzo.

2. En el caso de acusación relativa a la conducta de portea de drogas, no se admite prisión procesal. Así, quien sea cogido por la policía en circunstancias que indiquen tratarse de portea de drogas (cuando droga es para consumo propio) y no de tráfico, no puede ser recluso. Solamente es posible ser determinada su conducción a la comisaría y que comparezca delante el juez para contestar a la acusación. Además, cabe resaltar que la policía nunca puede mandar sacar la ropa o imponer cualquiera otro tipo de situación humillante, como comer la droga. El cacheo, asimismo, debe ser hecho de forma respetuosa (lo que incluye ser cacheado por policías del mismo sexo).

3. Una de las grandes críticas a la Ley de Drogas son las injusticias que muchas veces ocurren cuando alguien es sorprendido con drogas. Eso porque, en la realidad, es difícil distinguir la práctica del crimen de portea de drogas de la práctica del crimen tráfico de drogas (que tiene consecuencias bien distintas). De esa forma, la persona acusada, muchas veces, se queda sometido a arbitrariedades. Establece la Ley que “para determinar si la droga se destinaba a consumo personal, el juez atenderá a la naturaleza y a la cantidad de la substancia aprehendida, al local y a las condiciones en las que se desarrolló la acción, a las circunstancias sociales y personales, bien como a la conducta y a los antecedentes del agente”.

4. Prisión para apelar: la Ley de Drogas establece como condición para

Derechos y Deberes de Las/os Reclusas/os Etranjeras/os

apelar el recogimiento de la persona acusada a la prisión. Se entiende que contraria a la Constitución y por eso no debe ser aplicado.

5. El dispositivo de la Ley de Drogas que prohibía, en el caso del crimen de tráfico de drogas, la sustitución de la cuita de prisión por cuitas restrictivas de derecho (como, por ejemplo, la prestación de servicios a la comunidad), no puede más ser aplicado. El Senado, por medio de una Resolución (nº 5 de 2012), suspendió la eficacia de esa disposición. Así, si las circunstancias del caso son favorables (por ejemplo, la persona acusada nunca fue condenada, la cantidad de drogas no es grande, la cuita no es superior a cuatro años), la cuita de prisión podrá ser apartada, imponiéndose cuita menos grave.

6. El Supremo Tribunal Federal entiende qué es posible fijar régimen que no sea el cerrado caso la persona sea condenada por tráfico de drogas, todavía que la Ley de Drogas establezca el contrario. Asimismo, ese tribunal entiende qué puede ser concedida la libertad provisoria para tal crimen (es la libertad durante el proceso).

DIRECCIONES Y TELÉFONOS ÚTILES

Defensoría Pública de la Unión en São Paulo

Dirección: Rua Fernando de Albuquerque nº 155 - Barrio Consolação

CÓDIGO POSTAL: 01309-030 - São Paulo/SP e-mail: atendimento.sp@dpu.gov.br (servicio), cartoriosp@dpu.gov.br (notaría),

estagio.adm.sp@dpu.gov.br (cursillo), imprensa.sp@dpu.gov.br (prensa),

dpu.sp@dpu.gov.br (administración) **Teléfono:** (11) 3627-3400

Fax: (11) 3627-3455

Defensoría Pública de la Unión en Guarulhos

Dirección: Rua Anice, nº 268, Barrio Jardim Santa Mena, Guarulhos/SP

CÓDIGO POSTAL: 07097-010

E-mail: dpu.guarulhos@dpu.gov.br **Teléfono:** (11) 2928-7800

DEFENSORÍA PÚBLICA DEL ESTADO DE SÃO PAULO

Núcleo Especializado de Situación Penitenciaria

Derechos y Deberes de Las/os Reclusas/os Etranjeras/os

Av. Liberdade, 32 - 7º piso

Teléfonos: 3242-5274/3105-5799 Ramal: 282

E-mail: nucleo.carceraria@defensoria.sp.gov.br

Núcleo Especializado de Promoción y Defensa de los Derechos de la Mujer

Rua Boa Vista, 103, 10º piso.

Teléfono: (11) 3101-0155 ramales 233 y 238.

E-mail: nucleo.mulher@defensoria.sp.gov.br

LOCALES DE SERVICIO DE LA DEFENSORÍA PÚBLICA

| CAPITAL | |
|------------------|---------------|
| TELEAGENDAMIENTO | 0800 773 4340 |

| GRANDE SÃO PAULO | | | |
|--|-----------------------|--|----------------------------------|
| Área de Atuação | Município | Dirección | Teléfono |
| Familia, Civil, Criminal e Infancia y Juventud | Carapicuíba | Avenida Celeste, 58, Centro, 06320-030 | (11) 4183 – 5415 |
| Civil y Familia | Diadema | Rua das Turmalinas, 71 / 77. | (11) 4043-0805 4043-0885. |
| Criminal e Infancia y Juventud | Ferraz de Vasconcelos | Av Santos Dumont, 1535, Jd. Vista Alegre - 08531-100 | (11) 4678-3075 (11) 4678-3076 |
| Familia, Civil, Criminal e Infancia y Juventud | Franco da Rocha | Praça Ministro Nelson Hungria, 01, Franco da Rocha | (11) 4811-7505 |

Derechos y Deberes de Las/os Reclusas/os Estrasneras/os

GRANDE SÃO PAULO

| Área de Atuação | Município | Dirección | Teléfono |
|--|-----------------------|---|--|
| Civil, Familia, Infancia y Juventud | Guarulhos | R. Sete de Setembro, 30 | 2229-1660. Atendimento pelo 0800 (Central de Atendimento com o Cidadão): 0800- 7734340. |
| Civil, Familia, Infancia y Juventud y Criminal | Itaquaquecetuba | Rua Vereador José Barbosa de Araújo, 317, Vila Virgínia | (11) 4754 - 1100 (11) 4753 – 5892 |
| Ejecución Criminal e Infancia y Juventud | Mauá | Rua João Ramalho, 111, Vila Noêmia. | (11) 4512 –1771 4555-0770. |
| Civil, Familia, Infancia y Juventud y Criminal | Mogi das Cruzes | Rua Francisco Martins,30 - Bairro Socorro | (11) 4799-5089. |
| Civil, Familia, Infancia y Juventud y Criminal | Osasco | Avenida dos Autonomistas, 3094 | (11) 3698-5544. Atendimento de 2ª à 6ª das 8h às 9h30 |
| Familia, Civil, Criminal | Santo André | Rua Senador Fláquer, 922, Centro | (11) 4432 – 3404. |
| Civil y Familia | São Bernardo do Campo | Av. Barão de Mauá, 251 | (11) 4332-9605 |

INTERIOR

| Área de Atuação | Município | Dirección | Teléfono |
|--|------------|---------------------------------|-----------------|
| Familia, Civil, Criminal e Infancia y Juventud | Araçatuba | Rua XV de Novembro, 395, Centro | (18) 3621- 2802 |
| Familia, Civil, Criminal, Infancia y Juventud | Araraquara | Rua São Bento, nº1725, Centro. | (16) 3322-2300 |
| Civil, Familia, Infancia y Juventud, Criminal | Avaré | Rua Piauí,1581 | (14) 3732-7376 |

Derechos y Deberes de Las/os Reclusas/os Estrasneras/os

| INTERIOR | | | |
|---|------------------|--|--|
| Área de Atuação | Município | Dirección | Teléfono |
| Familia, Civil, Criminal, Infancia y Juventud y Violencia Doméstica | Barretos | Av. Centenário da Abolição, 1500, América. | (17) 3324-2221 (17) 3322 – 4293 |
| Civil, Familia, Infancia, Criminal y Ejecución Criminal | Bauru | Rua Raposo Tavares, Quadra 7- n° 8 | (14) 3227-2726 |
| Civil, Familia y Criminal | Campinas | R. Francisco Xavier A. Camargo, 300, bloco B | (19) 3256-4733. Atendimento 0800: 0800 7734 340 |
| Familia, Civil, Criminal, Infancia y Juventud y Violencia Doméstica | Caraguatatuba | Praça Dr. José Rebelo da Cunha, nº 68– Bairro Sumaré | (12) 3883-5086. |
| Familia, Civil, Criminal e Infancia y Juventud | Franca | Rua Comandante Salgado, 1624. Centro | (16)3722- 5783; 3722-5812 |
| Familia, Civil, Criminal Infancia y Juventud y Violencia Doméstica | Guarujá | Avenida Adhemar de Barros, nº1317, Centro. | (13) 3355-9155 |
| Infancia y Juventud | Itapetininga | Rua Carlos Cardoso, 421 | (15) 3273-1971. |
| Civil, Familia y Criminal | Jaú | R. Bento Manoel, 282 | (14) 3624- 6797 |
| Familia, Civil, Criminal e Infancia y Juventud | Jacareí | Praça Três Poderes Centro | (12) 3961-3383 |
| Civil y Familia | Jundiaí | Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 636 e 646, Centro | (11) 4521-1230. |
| Familia, Civil, Criminal, Infancia y Juventud y Violencia Doméstica | Limeira | Rua Boa Morte, 725 | (19)3442-1427 3443-3498 |

Derechos y Deberes de Las/os Reclusas/os Etranjeras/os

| INTERIOR | | | |
|--|--------------------------|--|------------------------------------|
| Área de Atuação | Município | Dirección | Teléfono |
| Civil y Familia | Marília | Av. Sampaio Vidal, 132 | (14) 3413-7606 |
| Familia, Civil, Criminal e Infancia y Juventud | Piracicaba | Rua Benjamin Constant, 823 | (19)3432-1679 |
| Infancia y Juventud | Praia Grande | Av. Dr. Roberto de Almeida Vinhas, 9101, Mirim. | (13) 3471 - 1200 Ramal 277 |
| Civil, Familia, Criminal y Eje- cución Penal | Presidente Prudente | Rua Comendador João Peretti, 26 | (18) 3901-1485 |
| Civil, Familia y Criminal | Registro | Avenida Gersoni Napoli, 4, Centro | (13) 3821-3536 |
| Civil, Familia y Criminal | Ribeirão Preto | Rua Alice Além Saad, 1256 | (16) 3965- 4151 |
| Infancia y Ju- ventud, Civil y Infraciona | Rio Claro | Rua Sete, 830/ 2º andar – SALA 212, Centro | (19) 3523 - 5954 |
| Civil, Familia, Infancia y Juventud y Ejecución Pena | Santos | Avenida São Francisco nº 261 | (13) 3221-3622 |
| Civil, Familia, Infancia y Juven- tud, Criminal y Ejecución Penal | São Carlos | R. Bento Carlos, 1028 | (16) 3368- 8181 |
| Civil, Familia, In- fancia y Juventud y Ejecución Penal | São José dos Campos | Rua Comendador Vicente de Paulo Peni- do, nº532 - Parque Residencial Aquarius | (12) 3942-2540 (12) 3942 – 3223 |
| Civil, Familia, Infancia y Juven- tud, Criminal y Ejecución Penal | São José do Rio Preto | Rua Marechal Deo- doro, 3131 | (17) 3211-9813. |
| Civil, Familia, In- fancia y Juventud | São Vicente | R. Major Loretti, 11 | (13) 3467-2013 |

Derechos y Deberes de Las/os Reclusas/os Etranjeras/os

INTERIOR

| Área de Atuação | Município | Dirección | Teléfono |
|---|-----------|--------------------------------|------------------|
| Civil, Familia, Infancia y Ejecución Criminal | Sorocaba | Rua Barão de Tatuí, 231 | (15) 3233-0173. |
| Civil y Familia | Taubaté | Praça Coronel Vitoriano, 113 | (12) 3621-4722 |
| Infancia y Juventud, Civil e Infracional | Tupã | Rua Colômbia, 354, Jd. América | (14) 3441 – 6793 |

OIDORÍA DE LA DEFENSORÍA PÚBLICA DEL ESTADO DE SÃO PAULO

Avenida Liberdade, 32, Centro, Teléfono: (11) 3105-5799, ramal 285,
CÓDIGO POSTAL:01502-000

CORREGIDURÍA DE LA DEFENSORÍA PÚBLICA DEL ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Boa Vista, 200, Centro, Teléfono: (11) 3105-9040, ramal 409, **CÓDIGO POSTAL:**01014-000

Para más informaciones, accese: WWW.DEFENSORIA.SP.GOV.BR

ITTC - Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - Projeto Estrangeiras

Rua Marquês de Itu, 298 - Vila Buarque – **CÓDIGO POSTAL** 01223-000,
Teléfonos 3331-3355 y 3331-4066, e-mail estrangeiras@ittc.org.br

DISQUE-DENUNCIA

Teléfono: 181

Texto:

Núcleo Especializado de Situação Carcerária
Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da
Mulher
Defensoria Pública da União em São Paulo
Instituto Terra, Trabalho e Cidadania

Revisión:

Coordinación de Comunicación Social y Asesoría de Prensa de la
Defensoría Pública del Estado de São Paulo.

Projecto Gráfico, Producción e Impresión

EDEPE - Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

RIGHTS AND DUTIES OF FOREIGN PRISONERS

In this booklet, you, foreign person who is in prison in Brazil, will know more about your rights and duties. Here you will also find out how the Offices of the Public Defenders of the State and of the Federal Government work to defend your rights.

In Brazil, all persons in prison, foreigner or not, have the same rights and must be treated in a dignified manner and have their rights respected by all.

If you are a woman, it is important to know that the prison system was designed by men and for men and the legislation that proposes the construction of prisons that can meet your specific needs is recent. However, women in prison have equal rights to quality treatment and must be respected in their own peculiarities.

In relation to nationality, the Secretariat of Penitentiary Administration (SAP - Secretaria de Administração Penitenciária, in Portuguese) of São Paulo has a policy aimed at the concentration of foreign prisoners in two establishments: foreign women stay, as a rule, in the Penitenciária Feminina da Capital (PFC) and foreign men, as a rule, in the Penitenciária PM Cabo Marcelo Pires da Silva (situated in the city of Itai).

The constitutional guarantee of access to justice and the Offices of Public Defenders

The Brazilian Constitution stipulates that the Government must ensure the access to the justice through the Office of the Public Defender to all persons who cannot pay for it. It is the role of the Offices of the Public Defenders to give legal guidance and defend the helpless in all judicial phases in the different areas of the law (civil, criminal, etc.).

Every person accused of committing a crime, whether arrested or released, who does not have the money to pay for a private attorney of their choice, has the right to be defended by the Office of the Public De-

Rights and Duties of Foreign Prisoners

fender (as there is not an Office of the Public Defender in every city in the State, the judge shall appoint a court-appointed attorney to defend them throughout the cognizance procedure).

In Brazil, the Office of the Public Defender is divided between the Office of the Public Defender of the States and of the Federal Government. The Office of the Public Defender of the Federal Government works in Federal Courts and federal agencies, such as the Ministry of Justice and the Federal Police, and Federal Prisons (currently, there is no federal prison in the State of São Paulo). The Federal Courts judge crimes such as international drug trafficking and forged federal documents. The Ministry of Justice, specifically the Department of Foreigners, judges the process of expulsion. If not these cases, the Office of the Public Defender of the State will take care of your process

The table below seeks to clarify when the Office of the Public Defender of the State (DPE) acts and when Office of the Public Defender of the Federal Government (DPU) acts.

| SITUATION | OFFICE RESPONSIBLE |
|---|--------------------|
| I am being charged and processed in the Federal Court. (Examples: Federal Court of Guarulhos, Federal Court of the Capital) | DPU |
| There is a process of expulsion against me. | DPU |
| I am being charged and processed in the State Court. (Example: Courthouse of Barra Funda) | DPE |
| I have already been convicted and already have an execution procedure. I want to ask for progression, parole etc. | DPE |

This booklet provides information for you to learn more about your rights and to demand to have them respected (even while you are in prison)

Rights and Duties of Foreign Prisoners

Right to consular assistance

The consular assistance is a right ensured to the foreign person to receive moral and material aid from their respective Consulate whenever they are deprived of their freedom of locomotion.

This assistance ensures the right to correspondence and to receive visits by the Consulate in prison, whether it is preventive or to serve the time. In addition, the foreign person has the right to ask the Brazilian authorities the communication to the nearest consular office on the occasion of their arrest or during the process.

The information about the addresses of the foreign Consulates in Brazil can generally be obtained from the Office of the Public Defender or from the administration of the prison. In many cases, foreign countries do not have Consulates in other cities. In this case, the person arrested has the right to communicate with the Embassy, which is located in Brasília - Distrito Federal.

PRISON

The Brazilian Constitution says that imprisonment is only possible if the person is caught committing a crime or immediately after committing it, or by reasoned court order. Freedom is the rule, and imprisonment is an exception.

It also ensures that the entire process must last for a reasonable time. In cases in which the person responds to a process in prison, the sentence must be issued within approximately three months. However, it is common for Judges to keep the person in prison beyond that deadline, without pronouncing a sentence. In these cases, the person has the right to ask for their freedom and, if necessary, the writ of habeas corpus.

During all the acts of the process and the execution of the sentence, the arrested foreign persons have the right to a translator in their language of origin.

COGNIZANCE PROCEDURE

It is in the process of the Criminal Court that it is proven whether or not there was crime and if the accused person (defendant) is guilty or innocent.

During this process (while summarized), all persons are presumed innocent and must be treated as innocent.

During the cognizance procedure:

- All persons who do not have a private attorney have the right to ask for the full and free legal assistance and to indicate defense witnesses. Thus, when summoned, the person can tell the Marshal whether or not they have a particular attorney and the name of their witnesses;
- All persons have the right to talk privately with their Defender before interrogation. In the interrogation, the person can tell their version of the facts or, if they prefer, remain silent.
- All persons have the right to be present at the hearing necessarily accompanied the Defender (who can promote their technical defense);
- The hearing, as a rule, is a single one. In it, the prosecution and defense witnesses are heard and the interrogation is made. After the debates (for the prosecution and defense), the judge gives the sentence. On the same day, the defendant already has the right to know if they were acquitted or convicted and to say if they want to appeal or not; sometimes the sentence is not given at the hearing and, in these cases, a Marshal goes to the prison to inform the foreign person when the judgment is given. At this point, it is important that the person declares if they want to appeal.
- If it is a guilty verdict (whether there is an appeal or not) and the person is arrested, they must go to a prison with the structure for the correct fulfillment of the sentence (with work, study, etc.).

Rights and Duties of Foreign Prisoners

After the sentencing, the execution of the sentence starts. If the person was imprisoned before being convicted, any prison time is counted as served time and deducted from the sentence imposed (the so-called jail credit, or “detracção” in Portuguese).

- If there is an appeal only by the Defense, the sentence cannot be increased, but this can happen if the Prosecutors Office appeals;

In Brazil, the one responsible for the execution or enforcement of the sentence is the Judge of the Executing Criminal Court (VEC). That means that the one who decides, judges the claims, is the judge. It also means that everything that may happen in prison can be communicated to the judge responsible for your sentence execution procedure.

If you believe that your rights have been violated, either by officials or by prison staff, you must communicate it to your attorney or Public Defender and ask the Judge to take the appropriate measures.

EXECUTION OF THE SENTENCE

Must I appoint or pay an attorney to defend me in the execution procedure?

No. In the execution procedure, it is also the duty of the State to ensure the ample defense and wide access to justice, through the Office of the Public Defender, to every person who cannot afford a professional to conduct their defense.

In the State of São Paulo, all prisons have attorneys from entities related to the Office of the Public Defense (known as “advogados da casa” in Portuguese) to provide care to imprisoned persons. The work of these attorneys is coordinated by the Public Defender Coordinator of the Criminal Execution of the nearest court.

Rights and Duties of Foreign Prisoners

What if the attorney does not call the inmate for more than 30 days after going into prison?

You must send a message (“pipa”) asking to speak with them. If you are in prison in the Capital and they do not call you, you must tell your relatives to appear to the Office of the Public Defender on duty in the Criminal Forum of Barra Funda (address at the end). If you are in prison in Greater São Paulo or the countryside, you must ask them to find the responsible Court of the Office of the Public Defender (address at the end).

If you do not have relatives in Brazil and are unable to speak with the attorney, you can also send a letter to the Office of the Public Defender asking for assistance. The addresses can be found at the end of the booklet.

Where is located the execution procedure?

The execution procedure should be on the Executing Criminal Court (VEC - Vara de Execução Criminal, in Portuguese) of the judicial district in which you are imprisoned, no matter the city in which you were sentenced.

If the person arrested is transferred to a prison in another judicial district, does the execution procedure go to the same city?

Yes, the execution procedure must be sent to the Executing Criminal Execution Court (VEC) of the judicial district in which the arrested person is located.

If the person arrested is on parole or open conditions, the process should go to the city where they live.

How do I know how long is the total sentence and the periods to obtain the rights (periods for benefits)?

Article 41, item XVI, of the Law of Criminal Execution (LEP) says that you have the right to receive a certificate each year of the sentence to be served issued by the judge responsible for your execution procedure. In

Rights and Duties of Foreign Prisoners

addition, you can ask for any legal clarification that you may need from the attorneys related to the Office of the Public Defender who work in the prison or the Public Defender Coordinator of Criminal Enforcement, in person or by letter (addresses at the end).

How do I obtain information about the trial of the claims made to the judge?

After the trial, you should receive a subpoena saying if your request was granted (accepted) or rejected (not accepted).

RIGHTS THROUGHOUT THE EXECUTION OF THE SENTENCE of São Paulo

What are the conditions for progressing to the semi-open or open conditions?

In the case of heinous or similar crime (drug trafficking, for example), **committed after March 28, 2007, the person has the right to progress when they have completed 2/5 of the total sentence, if first offender, or 3/5 if they are a recidivist offender (have already been convicted earlier by another crime).**

The person who has been convicted of a common crime (not heinous) has the right to progression when they have **completed 1/6 of the total sentence.**

In addition to the period of execution of the sentence, they must have good conduct time, certified by the Director of the prison unit.

So that the prison conduct of the person convicted can be considered as good they cannot have committed a serious violation in the last year. Despite not being in the law, the direction of the prison only emits a good conduct certificate after one year, from the date on which the serious violation was committed. Before that, the prison attests to misbehavior, which makes it very difficult to obtain the progression and parole. It is

Rights and Duties of Foreign Prisoners

important to remember that the conviction for a serious violation is only valid if confirmed by a Judge.

How do I calculate 2/5 of the sentence?

It is easy: divide the sentence for 5 and multiply by 2. Remember that it is noted in years, months and days. Turn it into only days, divide by 5, multiply by 2 and then turn it into years, months and days.

If you started serving the sentence in the semi-open condition or had the conditions progressed, count 2/5 of the sentence that was left on the day that the judge gave the progression to know when you will be able to progress to the open condition.

If the period is 3/5, only one thing changes: instead of multiplying by 2, multiply by 3, that is, in the explanation above, whenever 2 appears, replace by 3.

TEMPORARY LEAVE (“SAIDINHA” IN PORTUGUESE)

What is the temporary leave?

The temporary leave (“saidinha”) is authorized by the judge of execution, so that the persons who are in the semi-open conditions and have good conduct may visit their families. The Director of the prison is the one who sends to the judge of execution the list of those convicted who are entitled to the leave. Each year, five temporary leaves can be granted with duration of up to seven days each (Article 124, of LEP).

The convicted persons in the closed condition do not have the right to the temporary leave. If the person has already “achieved” the semi-open condition, even if they still are in the prison for the closed condition, they may request the temporary leave.

In addition to these cases, the judge may also grant temporary leave for the convicted person to study, go to vocational college or attend any other

Rights and Duties of Foreign Prisoners

important activity and, in these cases, the time of leave is that needed to carry out the activity.

The foreign person also has the right to temporary leave, and for this end it is recommended that they get a statement of who will receive them (the Consulate can provide a “Casa de Acolhida”), also providing the address.

What if the Director does not put the name of the convicted person in the list?

If the Director does not send the name to the judge, the arrested person has to tell the Defender Coordinator of Penal Execution or the attorney related to the Office of the Public Defender who works at the prison.

Can the temporary leave be revoked?

Yes, if there is the practice of intentional crime (when there is intent to practice that conduct), punishment for a serious violation confirmed by the judge of execution or the disobedience of the conditions imposed by the judge when they authorized the leave.

If the person earns progression to the semi-open condition, but is not transferred for lack of space, what should they do?

If the person arrested was progressed to the semi-open condition, but continues in the closed condition, thus does not have their rights respected, they must notify the Defender Coordinator or attorney related to the Office of the Public Defender of the prison so that they can propose the appropriate legal measures.

DUTIES

Parole (LC – Liberdade Condicional, in Portuguese)

What are the conditions for parole?

If the person has been convicted of heinous or similar crime, such as drug trafficking, they must serve more than 2/3 of the sentence, if they are first offender. If they are a recidivist offender in heinous or similar crime, they have no right to parole.

To calculate the 2/3, multiply the sentence by 2 and divide it by 3 (do not forget to turn everything into days before, and then into years and months after).

In common crimes, more than 1/3 of the total sentence must be served, if not a recidivist offender in an intentional crime. If the person is a recidivist offender, they must serve more than 1/2 of the sentence.

To find out how much 1/3 is, divide the sentence for 3, and to know how much 1/2 is, divide the sentence for 2. They also must have good conduct time.

How long does the parole (LC) last?

The parole lasts the same time remaining for the sentence to be served in full.

What if the person does not attend to stamp the LC card?

If the person does not go stamp their parole card for any reason or cannot continue having it stamped on the site determined by the judge, they must immediately seek the Office of the Public Defender so that the reasons are forwarded to the judge of execution. Otherwise, the parole may be revoked and the judge may issue an arrest warrant.

Rights and Duties of Foreign Prisoners

In São Paulo, the control is very strict and they know exactly who is late or not.

If the parole is revoked by a judge, the time the person is on probation is discounted from the sentence?

No. You lose all the time you were on parole, even if you have stamped the card without any delay. The sentence that is left to be served is the same that was left on the date on which the convicted person was paroled.

In the table below there are some examples of the amount of time that must be served to obtain the progression to the semi-open condition or parole, depending on the sentence to which the person was convicted, in cases of conviction of first offender for the crime of drug trafficking committed after 28/Mar/2013.

| SENTENCE IMPOSED | SENTENCE TO BE SERVED FOR THE PROGRESSION TO THE SEMI-OPEN CONDITION (PERIOD OF 2/5) | SENTENCE TO BE SERVED FOR PAROLE (PERIOD OF 2/3) |
|--|---|---|
| One year, eleven months and ten days | Nine months and ten days | One year, three months and sixteen days |
| Two years and six months | One year | One year and eight months |
| Four years | One year, seven months and six days | Two years and eight months |
| Four years, ten months and ten days | One year, eleven months and ten days | Three years, two months and twenty-six days |
| Five years and ten months | Two years and four months | Three years, ten months and twenty days |
| Six years, nine months and twenty days | Two years, eight months and twenty days | Four years, six months and thirteen days |
| Seven years and seven months | Three years and twelve days | Five years and twenty days |
| Eight years | Three years, two months and twelve days | Five years and four months |

Rights and Duties of Foreign Prisoners

Attention 01: these are examples of sentence terms that need to be served for the right to progression to the semi-open condition and parole. However, this does not mean that the person automatically gets those rights after serving this sentence term. To be “awarded” the semi-open condition and parole, in addition to serving a certain sentence period and having a good conduct, it is necessary to make a request to the judge and that they accept the claim.

Attention 02: it is not included in the table the sentence term needed to obtain the open condition, since it depends, in the opinion of the Judges, on the date of the decision that determined the progression to the semi-open condition, which is not possible to know in advance. However, if you receive the progression to the semi-open condition, you must contact the Office of the Public Defender requesting the calculation of the date for the progression to the open condition, since it is possible that it may arrive before the period date for the parole.

Attention 03: if you are working and/or studying and receive remission, these amounts of sentences are changed and there will be the need to serve a shorter sentence for the right to progression and parole.

General Pardon and Commutation

The general pardon (known as “Christmas pardon”) is a full pardon of the sentence. The commutation is the pardon of part of the sentence.

The heinous crime or drug trafficking sentence cannot be pardoned, unless it has been recognized the cause of decreased sentence provided for in paragraph 4, of article 33, of the Drug Law (first offender, of good background, does not carry out criminal activities or integrate criminal organization).

If the person was sentenced for the crime of drug trafficking, provided for in article 33, and the crime of association to drug trafficking, provided for in article 35, they can ask for the general pardon in relation to the crime of association to trafficking, as long as they serve 2/3 of the sentence imposed for drug trafficking.

EARNED TIME

What is earned time?

Earned time is the reduction of the sentence by work and/or study.

How do I calculate earned time by work?

The sentence shall be reduced by one day for each three days of activity at the prison.

Is the work a right of the person arrested?

Yes, the work is a right. The workday in prison cannot be greater than eight hours and the rest on Sundays and holidays must be ensured.

The part of the salary received from the work, not spent with family or personal expenses, shall be deposited in a savings account and can be withdrawn when the person is released (this money is called nest egg, or “pecúlio” in Portuguese).

Does remission helps in obtaining execution rights?

Yes. The redeemed days decrease the total of the sentence you must serve and thus also anticipate the deadlines for progression and parole.

And those who suffer an accident at work?

The days when the prisoner cannot work, because of an accident, are considered as work day for remission purposes.

What if there is no workshop where the person is located?

In the prison units where there are no workshops, any other daily activity that is constant and timed should be considered for remission purposes. It is the duty of the Government to provide work to all the prisoners who want to work.

Rights and Duties of Foreign Prisoners

How do I calculate earned time by study?

The sentence is reduced by one day every twelve hours of school attendance divided in, at least, 3 days.

Is the study a right of the person arrested?

As work, education is also a right of every person arrested, both for school instruction, as well as vocational training.

EXPULSION PROCESS

What is IPE?

The IPE (“Inquérito Policial de Expulsão do Território Brasileiro” - police investigation of expulsion of the Brazilian territory) is an administrative procedure established by the Ministry of Justice, which aims to verify whether a foreign person may or may not be expelled from Brazil and, if applicable, to determine it at the end their expulsion. The Ministry of Justice believes that the foreigner must be expelled whenever the practice of a crime in Brazil is proven.

What happens when the foreign person is expelled?

The foreign person expelled from the Brazilian territory can never again return to Brazil. If they return to Brazil after 10, 20 or even 50 years, they will commit the crime of reentry of expelled foreigner (article 338, of the Penal Code), and, after being processed and serving the sentence, which can vary from 1 to 4 years of imprisonment, they will be again expelled.

What are the reasons that prevent the expulsion of a foreign person?

As a rule, a foreign person may not be expelled if they have Brazilian children, spouse or partner, or if the expulsion involves an extradition unadmitted by the Brazilian law.

What is the IPE procedure?

The IPE is established by determination of the Ministry of Justice. The Federal Police do the necessary procedures to instruct this administrative process, which includes an interrogation, and then establish a deadline for the drafting of the written defense of the person expelled. This defense is made by a particular attorney or, when the expelled person cannot or does not want to hire an attorney, by the Office of the Public Defender of the Federal Government. After the defense, the Federal Police makes a conclusive report and refers the IPE to the Ministry of Justice in Brasília. The final decision on the granting or not of the expulsion rests solely on the Minister of Justice.

What is the aim of the interrogation conducted by the Federal Police?

The interrogation conducted by the Federal Police serves mainly to check if there is any cause preventing the expulsion and to better inform the IPE. The signing of the interrogation and answering of the questions do not harm the foreign person and does not influence in the decree of expulsion, which will be decided by the Minister of Justice. It is very important, in the interrogation, to say the name and addresses of the children and partner, gather documents and reinforce that there is economic and affective dependence to hinder the expulsion to those who so desire.

If the expulsion is decreed, when is it carried out?

If the expulsion is decreed, it is effective, that is the foreign person will be sent to their country of origin when finished doing their time, or, before the end of the sentence, as long as the judge authorizes it, especially when the person is on parole or open condition. It is important for the foreign person arrested to inform their attorney or Office of the Public Defender if they want to be expelled before finishing serving the sentence, so that the request for release is made to the Judicial Branch.

Watch out: there are cases in which the Judge grants release in the judg-

Rights and Duties of Foreign Prisoners

ment and, in some cases, the Judge grants the release at the same time when granting parole.

TRANSFER OF CONVICTED PERSONS

What is the transfer?

It is the possibility of a foreign person definitely convicted with *res judicata* (without the right for an appeal) to fulfill the remainder of the sentence imposed by the Brazilian Justice in their country of origin.

What is the purpose of the transfer?

The transfer is a humanitarian institute, which aims at the approximation of the sentenced person to their relatives.

After serving the sentence, can the foreign person return to Brazil?

No, as the transfer also entails the expulsion.

How does the transfer process work?

The application is free and does not require an attorney. It can be done by hand by the person concerned, who must sign it and forward it to the Department of Foreigners of the Ministry of Justice: Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça, Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, Sala 300, Brasília-DF, CEP 70064-900. The transfer must be approved by both countries, and only then it will be effective.

Is the process time-consuming?

Yes. In view of the need to instruct the claim with documentation (criminal execution certificate, medical record, certificate of conduct, guilty verdict), and the need for approval of the claim by Brazil and the country that

Rights and Duties of Foreign Prisoners

will receive the person, with the corresponding translation of documents, the process typically takes more than a year. In addition, it is important to highlight that, in practice, the transfer to serve time in the country of origin has been shown to be extremely difficult.

With what countries does Brazil have existing treaties?

Argentina, Bolivia, Canada, Chile, Spain, Paraguay, Peru, Portugal, United Kingdom, in addition to the signatory States of the Inter-American Convention on the execution of Criminal Sentences abroad (Canada, Chile, Costa Rica, Ecuador, United States, Mexico, Nicaragua, Panama, Paraguay and Venezuela).

What to do if the country of origin of the imprisoned person does not have a treaty in force in Brazil?

So far there is no provision for the transfer of sentenced persons without a treaty. However, for further clarification, the prisoner must write to the respective Consulate to see if there is some negotiation in progress between the two countries.

VISITS

Can all prisoners have visitors?

Yes. Under the LEP (art. 41, item X), the visit of the wife, husband, partner, relatives and friends is the right of the prisoner (convicted or temporary). Such right, for the foreign person is also applied to the visit by the Consulate.

The LEP makes no restriction in relation to the persons who can visit prisoners. However, the visitors must be registered.

Rights and Duties of Foreign Prisoners

What does it take for someone to be registered on the list of visitors?

The administration of the prison must give this information to anyone who wants to register and the prisoner must declare that they agree to receive the visit of that person.

Can I change the persons who are on my visiting list?

Yes, simply request the change to the administration of the prison where you are.

Is the entrance of children or adolescents at the prison allowed?

Yes, provided that the child or adolescent makes the visit in the company of someone who legally represents them or have their custody. If the visit of the child or adolescent is prohibited by the direction, it is possible to make the request to the judge through particular attorney, attorney “da casa” or Public Defender.

What to do if the visit is subjected to vexatious searching?

The visits should be searched in a reserved place, with respect and always by persons of the same sex. Visitors must know the name of the person making the search. Any act that exposes a visit to embarrassment or disrespect must be communicated to the Office of the Public Defender.

How does the conjugal visit work?

The prisoners have the right to the conjugal visit at least once a month, because the deprivation of liberty may not have as a consequence the constraint of sexuality (article 41, section X, of the LEP and Resolution No. 1/1999 of the National Council of Criminal and Penitentiary Policy – CNPCP).

The administration of the prison must prepare a reserved place for the

Rights and Duties of Foreign Prisoners

conjugal visit with privacy and also provide condoms and guidance on how they should be used to prevent unwanted pregnancy and transmission of sexually transmitted diseases (STDs).

Is it necessary to present a marriage or stable union certificate to receive conjugal visit?

No. So that the person can receive their conjugal visit, it is sufficient the declaration in writing of the visitor stating that they are your partner, in the event the unit requires it.

Do homosexual also have the right to the conjugal visit?

Yes, the conjugal visit is also the right of homosexuals.

CORRESPONDENCE

Every person arrested has the right to correspond by letter with whoever they want. They can also send and receive parcels, according to the rules of the unit.

The persons arrested also have the right to use letters named “carta social,” which has the cost of R\$0.01, thus enabling the person in prison to speak with the outside world with greatly reduced cost. Up to five “carta social” can be sent per month and they must weigh a maximum of ten grams. In addition, the “carta social” has a national scope, and it is not possible to use them for the communication with people in other countries besides Brazil.

HEALTH

Does the prisoner have the right to health care?

Every person in prison has the right to health care. Health care (medical, dental, nursing, psychological) must be guaranteed in the prison.

Rights and Duties of Foreign Prisoners

There should also be in prisons infirmaries with medicines for every person arrested, including medications for withdrawal for the users of drugs. If you are a woman, you must be included in the State program of prevention of breast and cervical cancers and should be forwarded regularly to do laboratory tests (Pap smear, HIV, HPV, etc.), according to the health policies defined by the Brazilian SUS health system.

The prisons must provide hygiene products. The monthly “hygiene kit” must contain, at least, toothbrush and toothpaste, soap, toilet paper and, in the case of female prisoners, pads.

CHILDREN

When a foreign woman is arrested while pregnant, all assistance should be provided to ensure a healthy pregnancy, including prenatal exams.

After the baby is born, the LEP provides for the possibility of the baby remaining at least six months with the mother in prison, which should have appropriate space for the mother and child. Moreover, the CNPCP recommends the maintenance of the relation between mother and baby for at least one year and six months, and the Ministry of Health recommends this relation for at least two years.

After that period, the child is handed over to the care of a relative of the mother or person of their trust.

In cases in which there is no other person who can keep the child, the LEP says that the female prison should have a daycare section, for the care of children up to seven years. Thus, the solution brought into law is NOT to send the child to a foster home (“abrigo” in Portuguese). If that happens or is close to happening, the mother in prison should contact her attorney or the Office of the Public Defender to ensure that appropriate measures are taken.

SÃO PAULO

LEGAL SERVICE

What to do if the prisoner is not well served by the attorney related to the Office of the Public Defender?

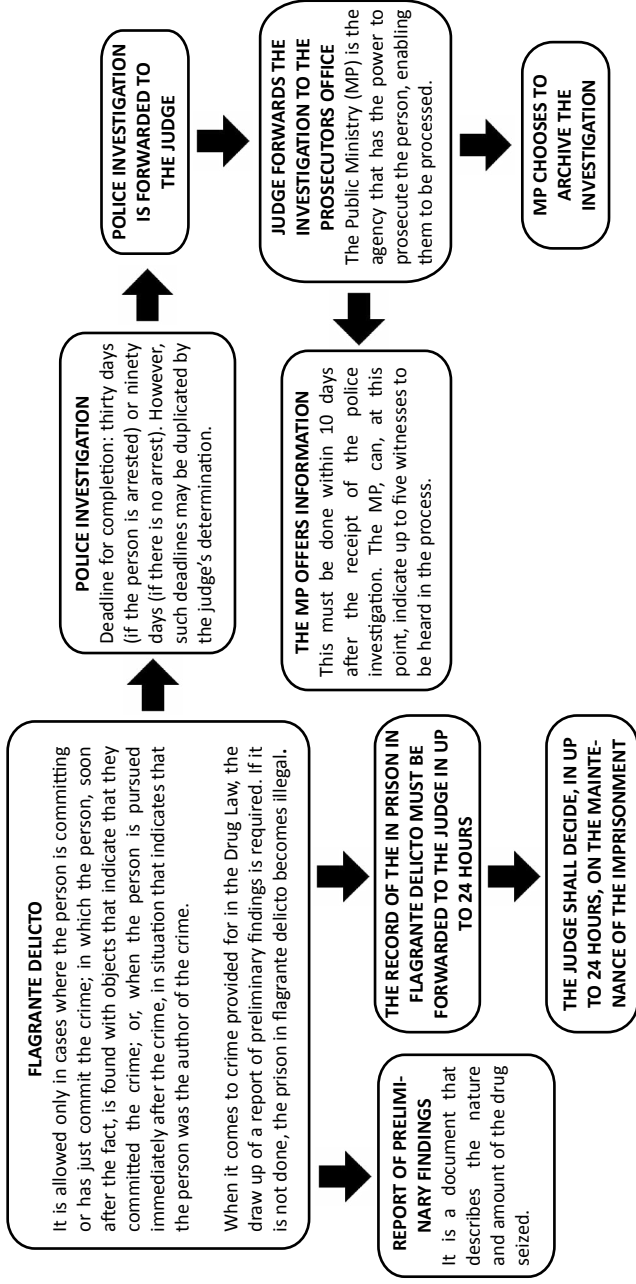
If you want to complain about the attorney who works at the prison (“advogado da casa”), seek the Office of the Ombudsperson of the Office of the Public Defender (address at the end).

What to do if the prisoner or their families are not well served by the Public Defender?

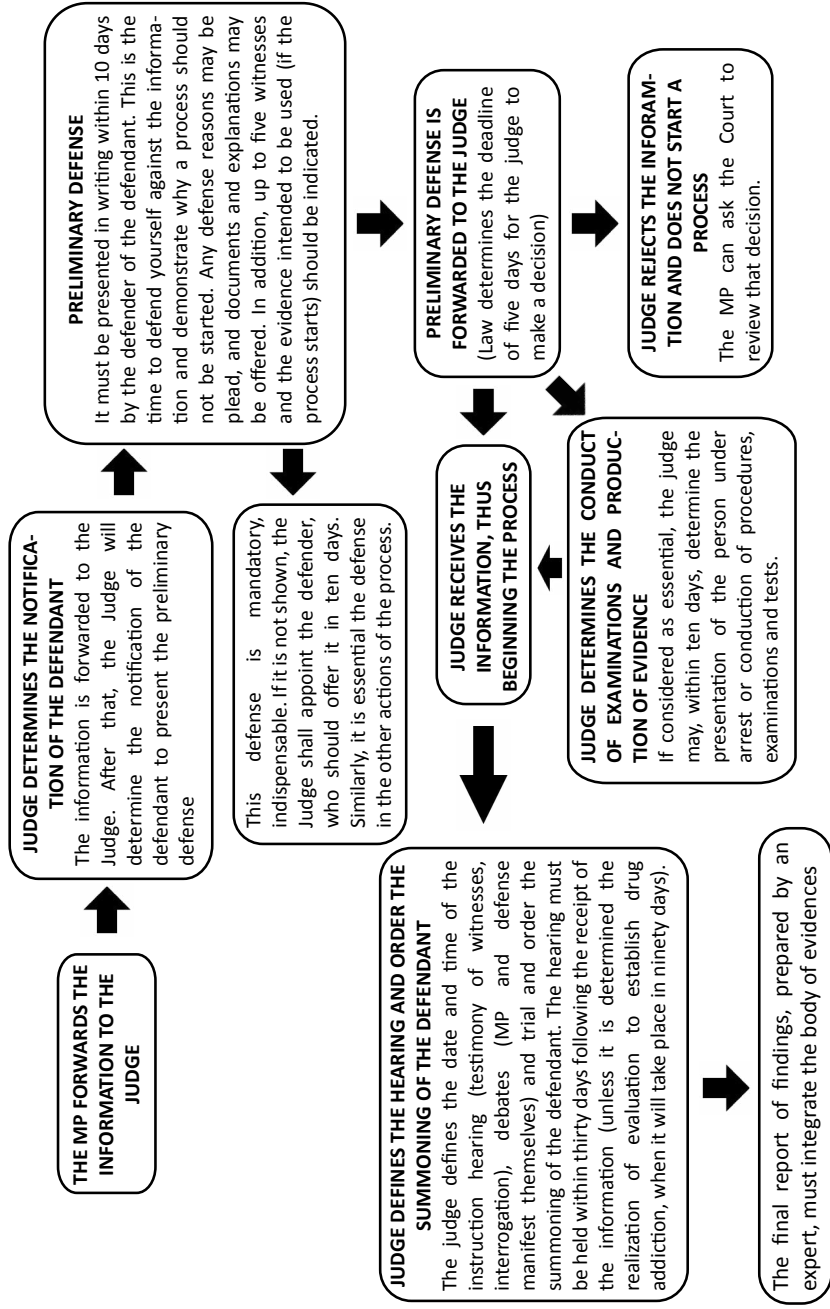
If you want to complain about the work of the Public Defender, seek the Ombudsperson and/or the Internal Affairs of the Office of the Public Defender (addresses at the end). If they are a Federal Public Defender, you can communicate to the General Internal Affairs of the Office of the Public Defender of the Federal Government (address at the end).

FLOWCHART: PROCEDURE > Law 11,343/2006 (DRUG LAW)

POLICE INVESTIGATION It is the procedure of investigation conducted by the police authority (delegate) when verifying the likely practice of crime



CRIMINAL ACTION It is the proceedings before the Judge and has the mandatory participation of the defense.



CRIMINAL ACTION

INTERROGATION

It is the first act of the hearing. It is mandatory that the defendant is defended by a Defender. Just as in the interrogation, the defendant may also remain in silent in relation to the charge that it is made.

TESTIMONY OF THE PROSECUTION AND DEFENCE WITNESSES

THE PARTIES PRESENT CLOSING CLAIMS

It is when the defense and the MP will manifest themselves on the charge and the evidence produced during the process. The goal is to convince the judge, who will then decide on the conviction or acquittal.

ADDITIONAL PROCEDURES

The judge may, at the request of the parties (MP and defense), determine the execution of exams, production of evidence, recording of documents to the process, etc., if they consider this necessary/relevant to the trial of the case.

JUDGE GIVES THE JUDGEMENT

The judge will convict or acquit the defendant and also set the sentence.

SENTENCES

The crime of drug trafficking is punishable with imprisonment. The crime of drug possession, in no event, shall be punished with imprisonment (only with warning, provision of community services or obligation to attend an educational course).

THE PARTIES MAY CHALLENGE THE DECISION OF THE JUDGE

The MP and the defense may appeal before the Court, which will review the Judge's decision. It is called "recurso de apelação" in Portuguese.

When only the defense questions the decision to the Court, this can never change the decision in order to worsen the situation of the defendant – that is, when the defense appeals, thus seeking to change the decision, the Court maintains the decision of the Judge or gives a new decision, which necessarily will be more favorable to the defendant (it may acquit or impose a less severe sentence, for example).

Important notes

1. The procedure shown is not adopted when it comes to crime provided for by the Drug Law that meets the criteria of the Law of Special Criminal Courts. They are cases of minor crimes, that: a) do not have as a punishment the deprivation of liberty (such as, for example, the case of drug possession), b) do not have as a punishment the imprisonment with the abstract maximum sentence of not more than two (02) years, cumulated or not with a fine. In these cases, another procedure is followed. The difference, basically, is given in relation to deadlines and number of witnesses (three). In addition, the interrogation will be held at the end of the instruction phase – and not at the beginning.

2. In the case of charges concerning the conduct of drug possession, a prison procedure is not admitted. Thus, anyone caught by the police in circumstances that indicate the case of drug possession (when the drug is for own consumption) and not trafficking, they cannot be arrested. It can only be determined their leading to the police station and the attendance before the judge to answer the charge. In addition, it is noteworthy that the police can never strip or impose any other type of humiliating situation, such as to eat the drug. The searching, likewise, should be done respectfully (which includes being searched by officers of the same sex).

3. A major criticism of the Drug Law is the injustices that often occur when someone is caught with drugs. This is because, in reality, it is difficult to distinguish the practice of the crime of drug possession from the crime of drug trafficking (which has very different consequences). This way, the defendant will often be subject to arbitrariness. The Law establishes that “to determine whether the drug was for personal use, the judge will attend to the nature and amount of the substance seized, the location and the conditions under which the action was developed, personal and social circumstances, as well as the conduct and background of the agent.”

4. Prison to appeal: the Drug Law establishes as a condition for the appeal the arresting of the accused person. It is understood that it contradicts the Constitution and should not be applied.

Rights and Duties of Foreign Prisoners

5. The provision of the Drug Law that prohibited, in the case of the crime of drug trafficking, the substitution of imprisonment by alternative punishments (such as, for example, community services), can no longer be applied. The Senate, by means of a Resolution (No. 5 of 2012), suspended the effectiveness of that provision. Thus, if the circumstances of the case are favorable (for example, the accused person has never been convicted, the amount of drugs is not large, the sentence is not greater than four years), the prison sentence may be rebutted, and a less severe sentence is imposed.

6. The Supreme Court believes that it is possible to secure a condition other than the closed one if the person is convicted of drug trafficking, even though the Drug Law establishes the contrary. Similarly, this Court believes that parole may be granted for such a crime (freedom during the process).

USEFUL NUMBERS AND ADDRESSES

Office of the Public Defender of the Federal Government in São Paulo Defensoria Pública da União em São Paulo

Address: Rua Fernando de Albuquerque, No. 155 – Consolação, São Paulo, SP - CEP: 01309-030

E-mail: atendimento.sp@dpu.gov.br (support), cartoriosp@dpu.gov.br (notary public), estagio.adm.sp@dpu.gov.br (internship), imprensa.sp@dpu.gov.br (press), dpu.sp@dpu.gov.br (administration)

Telephone: (+55 11) 3627-3400 Fax: (+55 11) 3627-3455

Office of the Public Defender of the Federal Government in Guarulhos Defensoria Pública da União em Guarulhos

Address: Rua Anice, No. 268, Jardim Santa Mena, Guarulhos, SP
CEP: 07097-010

Email: dpu.guarulhos@dpu.gov.br

Telephone: (+55 11) 2928-7800

Rights and Duties of Foreign Prisoners

OFFICE OF THE PUBLIC DEFENDER OF THE STATE OF SÃO PAULO DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Núcleo Especializado de Situação Carcerária

Avenida Liberdade, No. 32 - 7º andar

Telephones: 3242-5274/3105-5799 Ext.: 282

Email: nucleo.carceraria@defensoria.sp.gov.br

Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

Rua Boa Vista, No. 103 - 10º andar (floor).

Telephone: (11) 3101-0155 ext. 233 and 238.

Email: nucleo.mulher@defensoria.sp.gov.br

SUPPORT LOCATIONS OF THE OFFICE OF THE PUBLIC DEFENDER

| CAPITAL | |
|-----------------|---------------|
| TELEAGENDAMENTO | 0800 773 4340 |

| GREATER SÃO PAULO | | | |
|--|-----------------------|--|----------------------------------|
| Área de Atuação | City | Address | Telephone |
| Family, Civil, Criminal, and Childhood and Youth | Carapicuíba | Avenida Celeste, 58, Centro, 06320-030 | (11) 4183 – 5415 |
| Civil and Family | Diadema | Rua das Turmalinas, 71 / 77. | (11) 4043-0805 4043-0885. |
| Criminal and Childhood and Youth | Ferraz de Vasconcelos | Av Santos Dumont, 1535, Jd. Vista Alegre - 08531-100 | (11) 4678-3075 (11) 4678-3076 |
| Family, Civil, Criminal, and Childhood and Youth | Franco da Rocha | Praça Ministro Nelson Hungria, 01, Franco da Rocha | (11) 4811-7505 |

Rights and Duties of Foreign Prisoners

GREATER SÃO PAULO

| Área de Atuação | City | Address | Telephone |
|--|-----------------------|---|---|
| Civil, Family, Childhood and Youth | Guarulhos | R. Sete de Setembro, 30 | 2229-1660. Atendimento pelo 0800 (Central de Atendimento com o Cidadão): 0800- 7734340. |
| Civil, Family, Childhood and Youth, and Criminal | Itaquaquecetuba | Rua Vereador José Barbosa de Araújo, 317, Vila Virgínia | (11) 4754 - 1100 (11) 4753 – 5892 |
| Criminal Execution and Childhood and Youth | Mauá | Rua João Ramalho, 111, Vila Noêmia. | (11) 4512 –1771 4555-0770. |
| Civil, Family, Childhood and Youth, and Criminal | Mogi das Cruzes | Rua Francisco Martins, 30 - Bairro Socorro | (11) 4799-5089. |
| Civil, Family, Childhood and Youth, and Criminal | Osasco | Avenida dos Autonomistas, 3094 | (11) 3698-5544. Atendimento de 2ª à 6ª das 8h às 9h30 |
| Family, Civil, Criminal | Santo André | Rua Senador Fláquer, 922, Centro | (11) 4432 – 3404. |
| Civil and Family | São Bernardo do Campo | Av. Barão de Mauá, 251 | (11) 4332-9605 |

COUNTRYSIDE

| Área de Atuação | City | Address | Telephone |
|--|------------|---------------------------------|-----------------|
| Family, Civil, Criminal, and Childhood and Youth | Araçatuba | Rua XV de Novembro, 395, Centro | (18) 3621- 2802 |
| Family, Civil, Criminal, and Childhood and Youth | Araraquara | Rua São Bento, nº1725, Centro. | (16) 3322-2300 |
| Civil, Family, Childhood and Youth and Criminal | Avaré | Rua Piauí, 1581 | (14) 3732-7376 |

Rights and Duties of Foreign Prisoners

| COUNTRYSIDE | | | |
|--|---------------|--|---|
| Área de Atuação | City | Address | Telephone |
| Family, Civil, Criminal, Childhood and Youth and Domestic Violence | Barretos | Av. Centenário da Abolição, 1500, América. | (17) 3324-2221 (17) 3322 – 4293 |
| Civil, Family, Childhood, Criminal and Criminal Execution | Bauru | Rua Raposo Tavares, Quadra 7- n° 8 | (14) 3227-2726 |
| Civil, Family and Criminal | Campinas | R. Francisco Xavier A. Camargo, 300, bloco B | (19) 3256-4733. Atendimento 0800: 0800 7734 340 |
| Family, Civil, Criminal, Childhood and Youth and Domestic Violence | Caraguatatuba | Praça Dr. José Rebelo da Cunha, n° 68– Bairro Sumaré | (12) 3883-5086. |
| Family, Civil, Criminal, and Childhood and Youth | Franca | Rua Comandante Salgado, 1624. Centro | (16)3722- 5783; 3722-5812 |
| Family, Civil, Criminal, Childhood and Youth and Domestic Violence | Guarujá | Avenida Adhemar de Barros, n°1317, Centro. | (13) 3355-9155 |
| Childhood and Youth | Itapetininga | Rua Carlos Cardoso, 421 | (15) 3273-1971. |
| Civil, Family and Criminal | Jaú | R. Bento Manoel, 282 | (14) 3624- 6797 |
| Family, Civil, Criminal, and Childhood and Youth | Jacareí | Praça Três Poderes Centro | (12) 3961-3383 |
| Civil and Family | Jundiaí | Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 636 e 646, Centro | (11) 4521-1230. |
| Family, Civil, Criminal, Childhood and Youth and Domestic Violence | Limeira | Rua Boa Morte, 725 | (19)3442-1427 3443-3498 |

Rights and Duties of Foreign Prisoners

| COUNTRYSIDE | | | |
|---|-----------------------|---|------------------------------------|
| Área de Atuação | City | Address | Telephone |
| Civil and Family | Marília | Av. Sampaio Vidal, 132 | (14) 3413-7606 |
| Family, Civil, Criminal, and Childhood and Youth | Piracicaba | Rua Benjamin Constant, 823 | (19)3432-1679 |
| Childhood and Youth | Praia Grande | Av. Dr. Roberto de Almeida Vinhas, 9101, Mirim. | (13) 3471 - 1200 Ramal 277 |
| Civil, Family, Criminal and Sentence Execution | Presidente Prudente | Rua Comendador João Peretti, 26 | (18) 3901-1485 |
| Family, Civil, Criminal | Registro | Avenida Gersoni Napoli, 4, Centro | (13) 3821-3536 |
| Civil, Family and Criminal | Ribeirão Preto | Rua Alice Além Saad, 1256 | (16) 3965- 4151 |
| Childhood and Youth, Civil and Law Infraction | Rio Claro | Rua Sete, 830/ 2º andar – SALA 212, Centro | (19) 3523 - 5954 |
| Civil, Family, Childhood and Youth, and Criminal Execution | Santos | Avenida São Francisco nº 261 | (13) 3221-3622 |
| Civil, Family, Childhood and Youth, Criminal and Sentence Execution | São Carlos | R. Bento Carlos, 1028 | (16) 3368- 818 |
| Civil, Family, Childhood and Youth, and Sentence Executio | São José dos Campos | Rua Comendador Vicente de Paulo Penido, nº532 - Parque Residencial Aquarius | (12) 3942-2540 (12) 3942 – 3223 |
| Civil, Family, Childhood and Youth, Criminal and Sentence Execution | São José do Rio Preto | Rua Marechal Deodoro, 3131 | (17) 3211-9813 |
| Civil, Family, Childhood and Youth | São Vicente | R. Major Loretti, 11 | (13) 3467-2013 |

Rights and Duties of Foreign Prisoners

| COUNTRYSIDE | | | |
|---|-------------|--------------------------------|------------------|
| Área de Atuação | City | Address | Telephone |
| Civil, Family, Childhood and Criminal Execution | Sorocaba | Rua Barão de Tatuí, 231 | (15) 3233-0173. |
| Civil and Family | Taubaté | Praça Coronel Vitoriano, 113 | (12) 3621-4722 |
| Childhood and Youth, Civil and Law Infraction | Tupã | Rua Colômbia, 354, Jd. América | (14) 3441 – 6793 |

OFFICE OF THE OMBUDSPERSON OF THE OFFICE OF THE PUBLIC DEFENDER OF THE STATE OF SÃO PAULO

OUVIDORIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Avenida Liberdade, No. 32, Centro, Telephone: (++ 55 11) 3105-5799, ext. 285, CEP: 01502-000

INTERNAL AFFAIRS OF THE OFFICE OF THE PUBLIC DEFENDER OF THE STATE OF SÃO PAULO

CORREGEDORIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Boa Vista, No. 200, Centro, Telephone: (++ 55 11) 3105-9040, ext. 409, CEP: 01014-000

For more information, please visit: WWW.DEFENSORIA.SP.GOV.BR (website in Portuguese)

Rights and Duties of Foreign Prisoners

ITTC - Earth, Work and Citizenship Institute - Foreign Women Project

ITTC - Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - Projeto Estrangeiras
Rua Marquês de Itu, 298 - Vila Buarque - CEP 01223-000. Tele-
phones (++ 55 11) 3331-3355 and 3331-4066, E-mail estrangei-
ras@ittc.org.br

HOTLINE
Telephone: 181

Text:

Núcleo Especializado de Situação Carcerária
Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da
Mulher
Defensoria Pública da União em São Paulo
Instituto Terra, Trabalho e Cidadania

Review:

Coordenadoria de Comunicação Social and Assessoria de Impren-
sa da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Graphic Design, Production and Printing

EDEPE – Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

